



Ministério do Meio Ambiente
Serviço Florestal Brasileiro

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Brasília, 2011



Ministério do Meio Ambiente
Serviço Florestal Brasileiro

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2010

Relatório de Gestão do exercício de 2010, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU 107/2010 e das orientações do órgão de controle interno.

Brasília, 31/03/2011

LISTA DE SIGLAS

SIGLA	SIGNIFICADO	SIGLA	SIGNIFICADO
APNE	Associação Plantas do Nordeste	Inpe	Instituto Nacional de Pesquisa Espacial
CAM	Centro de Apoio aos Microempreendedores	ISA/VI C	Associação Instituto Socioambiental de Viçosa
Ceman	Centro de Monitoramento Ambiental	Laf	Sistema de Licenciamento de Atividades Florestais
Cenaflor	Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal	LGFP	Lei de Gestão de Florestas Públicas
Ceprof-PA	Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará	Loa	Lei Orçamentária Anual
CGFPU	Cadastro Geral de Florestas Públicas da União	LPF	Laboratório de Produtos Florestais
CGU	Controladoria Geral da União	MMA	Ministério do Meio Ambiente
Cirad	Centro Internacional de Pesquisa Agrônômica e Desenvolvimento do Governo Francês	OIMT	Organização Internacional de Madeiras Tropicais
Cites	Convenção do Clima, da Biodiversidade e das Espécies Ameaçadas	PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
CNAE	Comissão Nacional de Classificação	PAOF	Plano Anual de Outorga Florestal
CND	Conselho de Defesa Nacional	PAS	Plano Amazônia Sustentável
CNFP	Cadastro Nacional de Florestas Públicas	Pib	Produto interno bruto
Conama	Conselho Nacional do Meio Ambiente	PMCF	Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar
Detex	Sistema de Detecção da Exploração Seletiva	PMFS	Plano de Manejo Florestal Sustentável
DFS	Distritos Florestais Sustentáveis	PNF	Plano Nacional de Florestas
Dof	Documento de Origem Florestal	PNGF	Portal Nacional da Gestão Florestal
Emater	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural	PPCDA M	Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária	Resex	Reserva Extrativista
Fao	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação	SFB	Serviço Florestal Brasileiro
Flona	Floresta Nacional	Siafi	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
FNDF	Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	Siasg	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
FPF	Florestas Públicas Federais	Sicafi	Sistema de Cadastro, Fiscalização e Arrecadação
Funai	Fundação Nacional do Índio	Siconv	Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
FURB	Fundação Universidade Regional Blumenau	SIGPlan	Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento
Geal	Gerência Executiva de Administração e Logística	Sinima	Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente
GECEF	Gerência Executiva de Concessões Florestais	Siorg	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
GECFP	Gerência Executiva de Cadastro de Florestas Públicas	Sipam	Sistema de Proteção da Amazônia
GEFC	Gerência Executiva de Florestas Comunitárias	Sisnama	Sistema Nacional do Meio Ambiente
Geff	Gerência Executiva de Fundo e Fomento	Snif	Sistema Nacional de Informações Florestais
Geinf	Gerência Executiva de Informações Florestais	SPU	Secretaria de Patrimônio da União
Ibama	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis	TCU	Tribunal de Contas da União
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	UC	Unidade de Conservação
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade	UCN	The International Union Conservation of Nature
IFN	Inventário Florestal Nacional	UMF	Unidade de Manejo Florestal
Incra	Instituto Nacional de Colonização e Reforma	UnB	Universidade de Brasília

SIGLA	SIGNIFICADO	SIGLA	SIGNIFICADO
Inea	Agrária Instituto Estadual do Meio Ambiente	UR	Unidade Regional
		ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico

LISTA DE TABELAS, RELAÇÕES, GRÁFICOS E DECLARAÇÕES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Planejamento Estratégico 2008-2010 do Serviço Florestal Brasileiro	14
Quadro 2- Dados gerais do Programa 0506	28
Quadro 3- Dados gerais da Ação 2D25	29
Quadro 4- Execução Física da Ação 2D25	29
Quadro 5- Dados gerais da Ação 10F1	31
Quadro 6- Execução Física da Ação 10F1	31
Quadro 7-Dados gerais da Ação 10TC.....	33
Quadro 8- Execução Física da Ação 10TC.....	33
Quadro 9- Dados gerais da Ação 10TD.....	35
Quadro 10- Execução Física da Ação 10TD	35
Quadro 11- Dados gerais da Ação 20A7.....	38
Quadro 12- Execução Física da Ação 20A7	38
Quadro 13- Dados gerais da Ação 2D12.....	39
Quadro 14- Execução Física da Ação 2D12	39
Quadro 15- Dados gerais da Ação 2D13.....	44
Quadro 16- Execução Física da Ação 2D13	44
Quadro 17- Dados gerais da Ação 4641	46
Quadro 18- Execução Física da Ação 4641.....	46
Quadro 19- Dados gerais da ação 4950	47
Quadro 20- Execução Física da Ação 4950.....	47
Quadro 21- Dados gerais da Ação 6035	49
Quadro 22- Execução Física da Ação 6035	49
Quadro 23– Dados gerais da Ação 8298	51
Quadro 24- Execução Física da Ação 8298.....	51
Quadro 25– Dados gerais da Ação 8300	53
Quadro 26- Execução Física da Ação 8300.....	53
Quadro 27- Dados gerais da Ação 8304	56
Quadro 28- Execução Física da Ação 8304.....	56
Quadro 29- Identificação das Unidades Orçamentárias	58
Quadro 30- Programação de Despesas Correntes	58

Quadro 31 - Programação de Despesas Capital.....	58
Quadro 32- Resumo da Programação de Despesas.....	59
Quadro 33- Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa.....	59
Quadro 34- Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ	61
Quadro 35- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ...	61
Quadro 36- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ...	62
Quadro 37 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores	64
Quadro 38- Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação apurada em 31/12/2010	65
Quadro 39- Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010	65
Quadro 40 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010	66
Quadro 41- Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31/12/2010.....	66
Quadro 42- Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12/2010	66
Quadro 43- Composição do Quadro de Estagiários	66
Quadro 44- Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	67
Quadro 45- Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	68
Quadro 46- Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	68
Quadro 47- Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra	69
Quadro 48- Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência	71
Quadro 49- Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	72
Quadro 50- Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	72
Quadro 51- Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse.	73
Quadro 52- Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.	73
Quadro 53- Estrutura de controles internos da UJ	76
Quadro 54- Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	78
Quadro 55- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros	80
Quadro 56- Gestão de TI da UJ	81
Quadro 57- Discriminação dos cartões de pagamento do SFB.....	82
Quadro 58- Evolução dos gastos com cartão de crédito do SFB.....	83

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Área dos pré-editais lançados em 2010.	40
Tabela 2- Estimativa de potenciais indicadores socioeconômicos a serem gerados a partir dos pré-editais lançados em 2010.	41
Tabela 3- Lista de atividades e número de participantes nos processos de consultas públicas realizadas em 2010.	41
Tabela 4- Volume produzido e valores recolhidos à União referentes aos contratos de transição assinados com o Serviço Florestal Brasileiro.....	42

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Parte A.....	10
1. Identificação.....	10
2. Objetivos e Metas Institucionais.....	11
2.1. Responsabilidades institucionais da unidade.....	11
2.1.1 <i>Competência institucional</i>	11
2.1.2 <i>Metas estratégicas</i>	13
2.2. Estratégia de atuação da unidade diante das suas responsabilidades.....	16
2.3. Programas e Ações sob responsabilidade da unidade.....	28
2.3.1. <i>Programa Nacional de Florestas</i>	28
2.3.2. <i>Principais Ações do Programa</i>	28
2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro.....	58
2.4.1. <i>Programação Orçamentária da Despesa</i>	58
2.4.2 <i>Execução Orçamentária da Despesa</i>	61
3 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	63
4 Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	64
4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores.....	64
5 Informações sobre Recursos Humanos da Unidade.....	65
5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos.....	65
5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas.....	66
5.3 Composição do Quadro de Estagiários.....	66
5.4 Quadro de custos de recursos humanos.....	66
5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra.....	67
5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos.....	70

6 Transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação ou termo de compromisso.....	71
6.1 Transferências efetuadas no exercício.....	71
6.1.1 <i>Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010</i>	71
6.1.2 <i>Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios</i>	71
6.1.3 <i>Conjunto de instrumentos de transferências que vigerão no exercício de 2011 e seguintes</i>	72
6.1.4 <i>Prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse</i>	73
6.1.5 <i>Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse</i>	73
7 Declaração da área responsável atestando as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres	75
8 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionados à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.....	75
9 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos.....	76
9.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	76
10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental	78
11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ.....	80
12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ.....	81
13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal	82
14 Renúncias Tributárias.....	83

15 Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU	83
16 Tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno	83
17 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão.....	83
Parte B	84
1 Declaração do contador responsável.....	84
Parte C	85
1 Projetos e Programas financiados com recursos externos	85
Considerações Finais.....	86
Anexos.....	87

Introdução

O Relatório de Gestão (RG) do exercício de 2010 do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) apresenta, de forma sucinta, os resultados alcançados pelo órgão no âmbito de suas ações e as informações sobre o planejamento e a gestão orçamentária e financeira da unidade.

Este relatório está estruturado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 107, de 27 de outubro de 2010, e a Portaria TCU nº 277, de 7 de dezembro de 2010. Destaca-se que o Serviço Florestal Brasileiro é órgão da Administração Direta, vinculado ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), e possui autonomia administrativa, orçamentária e financeira, conferidas por Contrato de Gestão e Desempenho. Dessa forma, o conteúdo do relatório contém todos os itens da Parte A, o item 1 da Parte B e o item 31 da Parte C. Além disso, o rol de responsáveis e a declaração da área responsável sobre as informações do Siasg e do Siconv encontram-se anexados.

Destacamos, ainda, que os recursos humanos do SFB são geridos pelo MMA, o que reflete em vários itens deste relatório relativos a RH, como poderá ser percebido adiante.

Em 2010, foram alcançados importantes resultados em todas as áreas de competência do Serviço Florestal Brasileiro. O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) atingiu mais de 290 milhões de hectares cadastrados. O Plano Anual de Outorga Florestal 2011 (PAOF 2011) foi publicado e contém vários avanços em sua elaboração. Foram lançados quatro pré-editais e um edital de concessão florestal foi publicado, com a realização de todas as audiências públicas referentes a cada processo. A primeira concessão florestal, na Flona do Jamari, em Rondônia, iniciou a sua exploração madeireira e, por sua vez, os Contratos de Transição foram encerrados. Além disso, o inventário florestal está sendo executado no estado de Santa Catarina e houve a execução do primeiro Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário (PAMFC).

O alcance dos objetivos estratégicos do Serviço Florestal Brasileiro foi dificultado pelo alto contingenciamento do exercício. Outras dificuldades encontradas relacionam-se à complexidade da gestão de florestas públicas, que envolve, ao mesmo tempo, vários órgãos ambientais, o que exige um grande esforço de articulação entre os órgãos.

Parte A

1. Identificação

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Meio Ambiente		Código SIORG: 1927	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Serviço Florestal Brasileiro			
Denominação abreviada: SFB			
Código SIORG: 89539		Código LOA: 44102	Código SIAFI: 44102
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da Administração Direta			
Principal Atividade: Regulação, controle, definição de política e coordenação do meio ambiente		Código CNAE: 8412-4	
Telefones/Fax de contato:	(61) 2028-7149	(61) 2028-7249	Fax : (61) 2028-7269
Endereço eletrônico: info@florestal.gov.br			
Página da internet: http://www.florestal.gov.br			
Endereço Postal: SCEN, Av. L4 Norte, Trecho 2, Bloco H – Brasília – DF CEP: 70.068-901			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei Nº 11.284/2006 (DOU de 3/3/2006) Decreto 6.101/2007 (DOU de 27/4/2007)			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Contrato de Gestão e Desempenho Nº 1/2010 (D.O.U. de 11 de março de 2010) Decreto nº 6.063/2007 (DOU de 20 de março de 2007)			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Resolução CONAMA nº 379/2006 Decreto nº 5.975/20006			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
440075		Serviço Florestal Brasileiro	
440088		Setorial Prog. Orçamentária e Financeira – SFB	
440001		Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração – SPOA/MMA	
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI		Nome	
44208		Serviço Florestal Brasileiro – SFB	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
440075		44208	

2. Objetivos e Metas Institucionais

2.1. Responsabilidades institucionais da unidade

2.1.1 Competência institucional

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), criado pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, art. 54 e seguintes, previsto na estrutura do Ministério do Meio Ambiente (MMA), nos termos do Decreto nº 6.101/2007, é órgão específico e colegiado, subordinado a esse Ministério. Possui autonomia administrativa e financeira conferidas pelo Contrato de Gestão e de Desempenho nº 1/2010, celebrado com o Ministério do Meio Ambiente, conforme publicado no Diário Oficial da União em 11/3/2010.

O Serviço Florestal Brasileiro tem por finalidade o exercício das competências previstas na Lei nº 11.284/2006, em especial, o disposto no art. 55:

“Art. 55. O SFB atua exclusivamente na gestão das florestas públicas e tem por competência:

I - exercer a função de órgão gestor prevista no art. 53 desta Lei, no âmbito federal, bem como de órgão gestor do FNDF;

II - apoiar a criação e gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para a implementação de atividades florestais, incluindo manejo florestal, processamento de produtos florestais e exploração de serviços florestais;

III - estimular e fomentar a prática de atividades florestais sustentáveis madeireira, não madeireira e de serviços;

IV - promover estudos de mercado para produtos e serviços gerados pelas florestas;

V - propor planos de produção florestal sustentável de forma compatível com as demandas da sociedade;

VI - criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente;

VII - gerenciar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas, exercendo as seguintes funções:

a) organizar e manter atualizado o Cadastro-Geral de Florestas Públicas da União;

b) adotar as providências necessárias para interligar os cadastros estaduais e municipais ao Cadastro Nacional;

VIII - apoiar e atuar em parceria com os seus congêneres estaduais e municipais.”

Além das competências previstas no art. 55, o Serviço Florestal Brasileiro, no exercício da função de órgão gestor prevista no art. 53 da Lei nº 11.284, de 2006, também possui as seguintes competências:

“Art. 53. Caberá aos órgãos gestores federal, estaduais e municipais, no âmbito de suas competências:

I - elaborar proposta de PAOF, a ser submetida ao poder concedente;

II - disciplinar a operacionalização da concessão florestal;

III - solicitar ao órgão ambiental competente a licença prévia prevista no art. 18 desta Lei;

IV - elaborar inventário amostral, relatório ambiental preliminar e outros estudos;

V - publicar editais, julgar licitações, promover os demais procedimentos licitatórios, inclusive audiência e consulta pública, definir os critérios para formalização dos contratos e celebrá-los com concessionários de manejo florestal sustentável, quando delegado pelo poder concedente;

VI - gerir e fiscalizar os contratos de concessão florestal;

VII - dirimir, no âmbito administrativo, as divergências entre concessionários, produtores independentes e comunidades locais;

VIII - controlar e cobrar o cumprimento das metas fixadas no contrato de concessão;

IX - fixar os critérios para cálculo dos preços de que trata o art. 36 desta Lei e proceder à sua revisão e reajuste na forma desta Lei, das normas pertinentes e do contrato;

X - cobrar e verificar o pagamento dos preços florestais e distribuí-los de acordo com esta Lei;

XI - acompanhar e intervir na execução do PMFS, nos casos e condições previstos nesta Lei;

XII - fixar e aplicar as penalidades administrativas e contratuais impostas aos concessionários, sem prejuízo das atribuições dos órgãos do Sisnama responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental;

XIII - indicar ao poder concedente a necessidade de extinção da concessão, nos casos previstos nesta Lei e no contrato;

XIV - estimular o aumento da qualidade, produtividade, rendimento e conservação do meio ambiente nas áreas sob concessão florestal;

XV - dispor sobre a realização de auditorias florestais independentes, conhecer seus resultados e adotar as medidas cabíveis, conforme o resultado;

XVI - disciplinar o acesso às unidades de manejo;

XVII - atuar em estreita cooperação com os órgãos de defesa da concorrência, com vistas em impedir a concentração econômica nos serviços e produtos florestais e na promoção da concorrência;

XVIII - incentivar a competitividade e zelar pelo cumprimento da legislação de defesa da concorrência, monitorando e acompanhando as práticas de mercado dos agentes do setor florestal;

XIX - efetuar o controle prévio e a posteriori de atos e negócios jurídicos a serem celebrados entre concessionários, impondo-lhes restrições à mútua constituição de

direitos e obrigações, especialmente comerciais, incluindo a abstenção do próprio ato ou contrato ilegal;

XX - conhecer e julgar recursos em procedimentos administrativos;

XXI - promover ações para a disciplina dos mercados de produtos florestais e seus derivados, em especial para controlar a competição de produtos florestais de origem não sustentável;

XXII - reconhecer em ato administrativo as entidades que poderão realizar auditorias florestais;

XXIII - estimular a agregação de valor ao produto florestal na região em que for explorado.”

A Lei nº 11.284/2006 foi regulamentada pelo Decreto nº 6.063, de 20 de março de 2007. Esse decreto dispõe sobre o Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNEFP) e regulamenta, em âmbito federal, a destinação de florestas públicas às comunidades locais, o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF), o licenciamento ambiental para o uso dos recursos florestais nos lotes ou unidades de manejo, a licitação e os contratos de concessão florestal, o monitoramento e as auditorias da gestão de florestas públicas.

Adicionalmente, em virtude do processo de reestruturação promovido pelo MMA, resultante do Decreto nº 6.101, de 26/4/2007, também foi atribuído ao Serviço Florestal Brasileiro o desenvolvimento de iniciativas de capacitação, pesquisa e assistência técnica na área florestal, com a incorporação do Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor) e do Laboratório de Produtos Florestais (LPF).

Dessa forma, o Serviço Florestal Brasileiro, como gestor das florestas públicas, tem como base de seu trabalho o manejo florestal sustentável. Esse instrumento permite o uso da floresta de acordo com seu ciclo de crescimento e a extração adequada de produtos madeireiros e não madeireiros, tais como resinas, sementes, óleos. Além disso, o manejo adequado permite também envolvimento das populações locais e a geração de renda e desenvolvimento à região, o que permite que gerações futuras possam usufruir dos recursos florestais e de todos os outros decorrentes da apropriada preservação das florestas.

2.1.2 Metas estratégicas

Os objetivos estratégicos do Serviço Florestal Brasileiro foram estruturados em sete áreas de resultados ou macroprocessos. A seguir estão apresentados os macroprocessos do órgão e suas metas, de acordo com o Planejamento Estratégico 2008-2010.

Quadro 1- Planejamento Estratégico 2008-2010 do Serviço Florestal Brasileiro

Macroprocessos	Visão	Metas
Cadastro das Florestas Públicas	A localização e as características das florestas públicas do Brasil precisamente conhecidas e a sua proteção e uso sustentável efetivamente considerados na implantação de políticas públicas por todos os entes federados.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Todas as Florestas Públicas Federais Destinadas incluídas no CNFP; ✓ 3 milhões de hectares de FPF delimitados e 2 milhões de hectares demarcados (exceto TI e UC de proteção integral); ✓ todos os estados integrados ao CNFP; ✓ todas as Florestas Públicas Estaduais Destinadas da Amazônia inseridas no CNFP; ✓ Sistema de Cadastro em pleno funcionamento e integrado com principais órgãos gestores de FPF (Inkra, ICMBio, Funai e SPU).
Concessões Florestais	Concessões Florestais consolidadas e reconhecidas como um instrumento legítimo de promoção da conservação e uso sustentável das florestas públicas e contribuindo para o desenvolvimento de uma economia local em bases sustentáveis.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 2 milhões de hectares de concessões em florestas públicas federais; ✓ casos bem-sucedidos de concessão florestal em: (i) florestas naturais e plantações florestais; (ii) PFNM e Serviços; (iii) pequena, média e grande escala; (iv) diferentes biomas; (v) Recuperação de Áreas Degradadas; ✓ concessões florestais estaduais bem-sucedidas em 3 estados.
Manejo Florestal Comunitário	Comunidades residentes em florestas públicas manejando de forma autônoma e sustentável essas florestas.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ 2 milhões de hectares com PMFS em implantação; ✓ PMFS em implantação em PDS, PAE, PAF, Resex e RDS; ✓ sistema testado e em implantação para integração e evolução de comunidades locais em pelo menos duas cadeias de produção e comercialização de produtos florestais; ✓ 5 casos de relações comerciais justas entre comunidades e empresas apoiados e estabelecidos.
Monitoramento de Florestas Públicas	Florestas públicas efetivamente protegidas e as ilegalidades identificadas e coibidas de forma ágil, tempestiva e eficaz.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Todas as concessões florestais monitoradas por meio da detecção remota de exploração florestal, do rastreamento do transporte de produtos florestais e do controle de cadeia de custódia, das auditorias independentes e de duas vistorias anuais pelo Serviço Florestal; ✓ publicação do primeiro relatório de monitoramento de indicadores de gestão de florestas públicas; ✓ capacidade estabelecida de identificação e ágil acionamento do combate à ilegalidade em Florestas Públicas.
Sistema Nacional de Informações Florestais	Informações de qualidade sobre as florestas brasileiras e setor florestal organizadas, atuais e acessíveis.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Inventário Florestal Nacional implantado em todos os biomas brasileiros; ✓ todos os estados brasileiros integrados ao Portal da Gestão Florestal, com informações completas e atualizadas; ✓ estatísticas sobre as principais cadeias produtivas do setor de base florestal disponibilizadas anualmente no Portal do Setor Florestal; ✓ Índice de Preços de Produtos Florestais estabelecido pelo menos para produtos madeireiros.
Fomento	Instrumentos de fomento para atividades florestais sustentáveis amplamente acessíveis.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ FNDP operacional e com carteira de projetos; ✓ R\$ 60 milhões captados e investidos no desenvolvimento florestal; ✓ projetos, programas e atividades apoiadas pelo programa de fomento do Serviço Florestal que incluam: (i) capacitação e treinamento; (ii) pesquisa e desenvolvimento tecnológico; (iii) bolsas de estudo; (iv) desenvolvimento de cadeias produtivas; ✓ público-alvo informado sobre as oportunidades criadas ou identificadas pelo Serviço Florestal e

		apresentando projetos.
Desenvolvimento Institucional	Instituição preparada para executar com efetividade as atribuições que lhe foram conferidas.	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Modelo institucional de órgão da administração indireta definido e em implantação; ✓ 5 Unidades Regionais implantadas; ✓ modelo de gestão pública reconhecido como de excelência por avaliação independente; ✓ estrutura organizacional e processos de gestão implantados, com provimento adequado de pessoas; ✓ 60% a 80% do esforço da instituição mantido em atividades planejadas.

A seguir, apresenta-se o organograma do Serviço Florestal Brasileiro. Como pode-se perceber, o órgão é formado por uma Diretoria Colegiada, Assessoria Jurídica, Chefia de Gabinete, Ouvidoria, nove gerências, dois centros especializados e quatro Unidades Regionais.

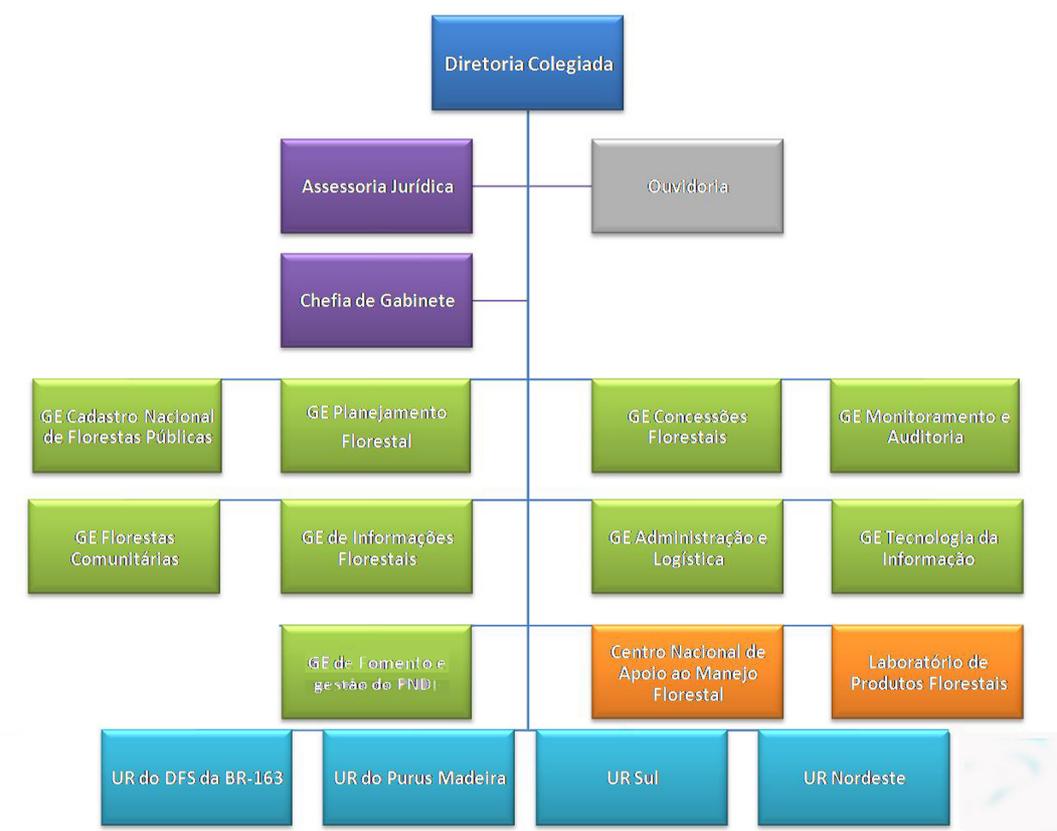


Figura 1. Organograma do Serviço Florestal Brasileiro

2.2. Estratégia de atuação da unidade diante das suas responsabilidades

A Missão do Serviço Florestal Brasileiro é “conciliar o uso e conservação das florestas, valorizando-as em benefício das gerações presentes e futuras, por meio da gestão de florestas públicas, da construção de conhecimento, do desenvolvimento de capacidades e da oferta de serviços especializados”, sintetizando os objetivos perseguidos na implantação de políticas públicas ambientais, orientadas para o desenvolvimento florestal, e desenvolvendo as ações de governo previstas no Programa Nacional de Florestas.

A gestão de florestas públicas para a produção sustentável tem por finalidade a proteção e conservação das florestas pertencentes à União, aos estados e aos municípios, com a geração de benefícios econômicos, sociais e ambientais.

Os modelos de gestão das florestas públicas no Brasil compreendem a criação de florestas nacionais, estaduais e municipais e sua gestão direta, a destinação de florestas públicas às comunidades locais e a concessão florestal.

A seguir, apresentam-se os principais resultados e produtos obtidos para a implantação da gestão das florestas em 2010.

Desenvolvimento do Cadastro Nacional de Florestas Públicas

O Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP) é um instrumento de planejamento da gestão florestal, instituído pela Lei nº 11.284/2006, regulamentado pelo Decreto nº 6.063/2007, e tem seus procedimentos fixados pela Resolução nº 2, de 6 de julho de 2007, do Serviço Florestal Brasileiro.

O CNFP é formado pelo Cadastro de Florestas Públicas da União, pelos Cadastros de Florestas Públicas dos Estados, Distrito Federal e Municípios e deve ser integrado ao Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR). A fim de viabilizar essa integração, foi assinado Acordo de Cooperação entre o SFB e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), visando acesso ao SNCR, inicialmente por meio de capacitação e visualização dos dados, com a finalidade de posterior detalhamento referente às formas de integração entre esses cadastros rurais.

O objetivo do CNFP é reunir dados georreferenciados sobre as florestas públicas brasileiras, de modo a oferecer aos gestores públicos e à população em geral uma base confiável de mapas, imagens e informações relevantes para a gestão florestal e condicionar por exemplo, os processos de destinação comunitária, a criação de unidades de conservação e

a realização de concessões florestais, contribuindo assim para a transparência das informações florestais e para a participação social nos processos de gestão ambiental.

O Cadastro Geral de Florestas Públicas da União (CGFPU) tem por missão identificar as florestas públicas federais (FPF), que correspondem às áreas cobertas por florestas naturais ou plantadas incidentes sobre terras de domínio da União e suas entidades da administração indireta. O CGFPU inclui: áreas inseridas no Cadastro de Terras Indígenas; Unidades de Conservação Federais, com exceção das áreas privadas legalmente contempladas conforme as categorias de gestão (por exemplo: Reserva de Desenvolvimento Sustentável – RDS, Área de Preservação Ambiental – APA e Monumento Natural – MONA); e florestas localizadas em imóveis urbanos ou rurais, matriculados ou em processo de arrecadação em nome da União, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista.

O cadastramento das florestas públicas segue três etapas:

- i. Identificação – identificação e mapeamento das florestas localizadas nas áreas públicas federais;
- ii. Delimitação – levantamentos cartoriais visando à segurança fundiária e averbação do perímetro da floresta na matrícula do imóvel público; e
- iii. Demarcação – implantação de marcos topográficos e placas de localização nas florestas públicas de interesse.

No decorrer do exercício de 2010, foi realizada a terceira atualização das informações do Cadastro Nacional de Florestas Públicas, que possibilitou a inclusão de dados e informações disponibilizadas por estado da Federação (principalmente do Amazonas e Pará), pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) – tanto por sua autarquia Incra quanto no âmbito do Programa Terra Legal –, pelo Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC/MMA), pela Fundação Nacional do Índio (Funai) e, em menor escala, por outras autarquias públicas.

Iniciou-se a construção de um portal de informações sobre o CNPF na internet, com a finalidade de ampliar o acesso às suas informações pela sociedade e também facilitar a sua gestão pelo SFB. O portal conterà opções interativas, que permitirão o acesso e a gestão dos dados e informações das florestas públicas cadastradas, as quais, conforme atualização do ano 2010, representam aproximadamente 290 milhões de hectares.

Dessa forma, em 2010, houve acréscimo de aproximadamente 50 milhões de hectares de florestas públicas cadastradas. Desse total, mais de 28 milhões correspondem a florestas não destinadas. Assim, o Cadastro Nacional de Florestas Públicas totalizou cerca de 290

milhões de hectares, constituídos por 218 milhões de florestas públicas federais e 72 milhões de florestas públicas estaduais. De acordo com a categoria de destinação, a área total de florestas se divide em: 144 milhões de uso comunitário; 38 milhões para uso sustentável; 44 milhões de proteção integral; e os 64 milhões restantes não possuem destinação.

Além disso, foram realizadas as primeiras etapas para a demarcação das Unidades de Manejo Florestal da concessão na Flona Saracá-Taquera.

Publicação do Plano Anual de Outorga Florestal 2011

O Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF) foi instituído pela Lei nº 11.284/2006 e normatizado pelo Decreto nº 6.063/2007. Tal legislação estabeleceu uma série de mecanismos específicos para a gestão das florestas públicas e regulou que o PAOF seria o instrumento de planejamento das ações voltadas à produção florestal sustentável no âmbito da União.

Dessa forma, o Plano Anual de Outorga Florestal identifica o conjunto de florestas públicas aptas a se submeterem ao processo de concessão florestal no ano de sua vigência. O PAOF descreve cada área de florestas selecionada, assim como o seu processo de seleção, conforme os critérios estabelecidos na Lei e no Decreto citados.

O principal objetivo do Plano Anual de Outorga Florestal é disponibilizar à sociedade informações antecipadas sobre as florestas públicas federais passíveis de concessão, os mecanismos utilizados para essa seleção e também informações sobre as concessões em andamento. O processo de elaboração conta com a participação popular por meio de consulta pública via internet e de reuniões com órgãos gestores estaduais, municipais e atores da sociedade civil organizada. Assim, o PAOF materializa-se como um instrumento de planejamento florestal participativo e transparente.

O processo de escolha das florestas públicas inicia-se com a identificação das áreas registradas no Cadastro Nacional de Florestas Públicas. A partir das áreas disponíveis no Cadastro, utiliza-se uma metodologia que consiste de duas fases. A primeira fase exclui todas as áreas de florestas públicas que possuem impedimentos ou restrições legais para serem submetidas a processos de concessão florestal. Já a segunda fase exclui as áreas de florestas públicas federais que não se encontram aptas para serem submetidas a processos de concessão florestal no ano de vigência do PAOF.

O PAOF 2011 aprimorou essa metodologia de escolha das áreas selecionadas, atendendo minuciosamente aos ditames legais. Além de ter incluído um anexo específico para

detalhar separadamente cada Floresta Nacional que constitui o documento¹, trouxe informações atualizadas sobre os polos de produção madeireira na região Norte do Brasil.

O PAOF 2011 fez uma análise estratégica das áreas florestais que poderão ser licitadas. Essa análise visou informar o público-alvo do Plano sobre áreas de conflito e pressão, existência de concessão de outros setores e a compatibilidade com outras políticas públicas do governo federal. Assim, o objetivo dessa análise foi evitar a divergência e a sobreposição de atividades em áreas a serem concedidas, assim como identificar potenciais sinergias.

Também é necessário destacar que o Plano Anual de Outorga Florestal foi submetido a uma série de consultas prévias, como determina o artigo 10 da Lei de Gestão de Florestas Públicas – Lei nº 11.284/2006. O dispositivo legal estabelece que o PAOF deve ser submetido à Comissão de Gestão de Florestas Públicas – CGFLOP (órgão consultivo do SFB), ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), à Secretaria do Patrimônio da União (SPU) do Ministério do Planejamento e Gestão e ao Conselho de Defesa Nacional (CDN).

Assim, o Plano Anual de Outorga Florestal – PAOF 2011 foi elaborado e proposto pelo Serviço Florestal Brasileiro e definido e aprovado pelo Ministério do Meio Ambiente, em Portaria nº 287, publicada no Diário Oficial da União de 30 de julho de 2010.

As Florestas Públicas Federais (213 milhões de ha), quando avaliadas quanto a seus impedimentos e restrições legais para o processo de concessão florestal em 2011, tiveram 90,6% de suas áreas excluídas. Como resultado final do processo de seleção de áreas passíveis de concessão florestal em 2011, o PAOF tornou elegível para concessão 5,1 milhões de hectares de florestas públicas federais, distribuídos em onze Florestas Nacionais, localizadas em três estados da Federação (Acre, Pará e Rondônia).

Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais

O Serviço Florestal Brasileiro tem, como uma de suas competências estabelecidas na Lei nº 11.284/2006, criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais (Snif) integrado ao Sistema Nacional de Informações sobre o Meio Ambiente (Sinima).

O Snif foi disponibilizado à sociedade no sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro e é composto pelos temas: recursos florestais; produção florestal; e ensino e pesquisa florestal. Esse sistema foi construído por meio da reunião e organização de dados

¹ Apresenta dados como área, decreto de constituição, municípios de influência, áreas adjacentes e mapas das florestas públicas selecionadas.

coletados em diversas instituições brasileiras, que serão atualizados periodicamente. O Sistema Nacional de Informações Florestais tem sido muito consultado, o que representa um impacto positivo em disponibilizar informações trabalhadas ao longo dos últimos anos pelo Serviço Florestal Brasileiro.

No âmbito do Snif, foi ainda desenvolvido o sistema de informações do Portal Nacional da Gestão Florestal (PNGF), com objetivo de reunir e disponibilizar as principais informações sobre as atividades de controle florestal exercida pelos órgãos do Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama), em atendimento à Resolução Conama nº 379/2006. Esse sistema trará transparência à sociedade sobre as ações governamentais de gestão florestal em todo o território nacional e permitirá análises estatísticas sobre a evolução dessa gestão. No âmbito do PNGF, a prioridade tem sido dada à disponibilização dos dados da Amazônia e da Caatinga, pois esses biomas representam aproximadamente 80% das florestas naturais do país.

Para o desenvolvimento dos Sistemas de Informação, muitas dificuldades têm sido enfrentadas, em razão da falta de autonomia na área de recursos humanos e na área de tecnologia da informação do Serviço Florestal Brasileiro. Além disso, a falta de um Plano Diretor de Tecnologia da Informação do SFB e as dificuldades e demoras nos processos licitatórios, uma vez que a contratação de sistemas de informações requer a contagem de pontos de função por especialistas, também têm dificultado bastante os trabalhos de implantação dos sistemas. A solução encontrada foi a contratação de empresa de consultoria, por projetos administrados pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), com ações do Serviço Florestal Brasileiro.

Inventário Florestal Nacional

O objetivo do Inventário Florestal Nacional (IFN) é gerar informações sobre os recursos florestais, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas de uso e conservação das florestas brasileiras. O IFN produzirá informações sobre os estoques, a composição de espécies, a saúde e a vitalidade das florestas, assim como as mudanças ao longo do tempo, a partir de comparações das estimativas feitas a cada cinco anos. Desse modo, essas estimativas servirão para subsidiar a formulação de políticas nacionais, regionais e locais baseadas em dados e informações acuradas e atuais, de grande utilidade para o setor público e privado, assim como manterão a sociedade e a classe política informadas sobre a existência, extensão e qualidade dos recursos florestais do país. Além dessas aplicações, o IFN será uma importante referência para atender à crescente demanda de informações florestais do país, por

organizações e acordos internacionais, tais como a Convenção do Clima, da Biodiversidade e das Espécies Ameaçadas (Cites).

Devido à falta de recursos financeiros para implementação do IFN no território nacional, em 2010 o Serviço Florestal estabeleceu acordos de cooperação técnica com alguns estados, com vistas à sua implementação em seus territórios (Rio de Janeiro, Sergipe, Rio Grande do Sul – Secretarias Estaduais de Meio Ambiente) – e um convênio com Santa Catarina – Fundação Universidade Regional de Blumenau. Além disso, o SFB conseguiu a aprovação de projeto, no GEF (Global Environment Facility), da ordem de US\$ 8,6 milhões, a ter início em 2011. A forma ideal de implantação do IFN seria com recursos do orçamento da União. Assegurar esses recursos no orçamento é uma das prioridades do SFB para o ano de 2011.

Monitoramento das Concessões Florestais

As atividades relacionadas ao monitoramento das concessões florestais buscam, prioritariamente, assegurar o cumprimento dos contratos de concessão florestal firmados entre os concessionários vencedores dos processos de licitação e o Serviço Florestal Brasileiro.

No ano de 2010, os três primeiros concessionários contratados iniciaram as atividades exploratórias após obterem, do órgão licenciador – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) –, a aprovação do Plano de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) e a liberação da respectiva Autorização de Exploração Florestal (Autex). O SFB acompanhou no Ibama o andamento dos processos de licenciamento e iniciou a atuação diretamente sobre os concessionários, antes do início da derruba de árvores, para assegurar o atendimento às cláusulas contratuais.

Para melhor acompanhar o cumprimento dos contratos de concessão, elaborou-se uma série de normas e regulamentos. Esses documentos detalham os procedimentos a serem seguidos pelos concessionários quanto à adoção de um sistema de cadeia de custódia, ou seja, o controle da produção desde o corte de árvores na floresta até o processamento na unidade industrial vinculada à concessão, e quanto à contratação de um sistema de rastreamento remoto (via satélite ou celular) dos veículos transportadores de madeira da concessão.

Para o sistema de cadeia de custódia, contratou-se uma consultoria especializada a fim de desenvolver um sistema informatizado para gestão de dados da floresta e de procedimentos inerentes ao rastreamento da produção florestal, para uso tanto do Serviço Florestal Brasileiro quanto dos concessionários e órgãos de fiscalização.

Além disso, foram elaborados manuais e guias para a orientação dos concessionários quanto ao atendimento dos compromissos contratuais e, também, para orientação dos técnicos do SFB quanto ao monitoramento dos contratos de concessão florestal. Em colaboração com o Instituto Nacional de Metrologia (Inmetro), foi finalizado e publicado o documento “Requisitos para Avaliação de Conformidade – RAC”, documentação base do processo de auditoria florestal independente, determinado pela Lei nº 11.284/2006 e regulamentado pelo Decreto nº 6.063/2007.

A respeito do monitoramento dos contratos de transição, vale destacar que, em 2010, foram encerrados dez dos onze contratos de transição firmados com o Serviço Florestal Brasileiro.

As lições aprendidas com os contratos de transição quanto às dificuldades de acompanhamento da emissão de documentos de origem florestal, realizada pelo sistema estadual Cadastro de Exploradores e Consumidores de Produtos Florestais do Estado do Pará (Ceprof – PA), e às limitações no controle da produção, dependente da presença de técnicos do Serviço Florestal Brasileiro em campo, levaram o SFB a aprimorar os mecanismos de monitoramento para os contratos de concessão florestal. Dessa maneira, decidiu-se pela utilização do sistema federal de Documento de Origem Florestal (DOF) para as concessões florestais. Os sistemas de cadeia de custódia e rastreamento descritos foram idealizados para prover mecanismos de controle cruzados com a implantação de postos de controle na saída das concessões, que contam com a atuação de funcionários terceirizados de conferência e vigilância.

O sucesso das concessões florestais depende do controle do cumprimento dos contratos, mas também depende da desmobilização de forças antagônicas, como a exploração ilegal de madeira que: i) compete deslealmente no mercado, por não ter custos para o planejamento e uso sustentável das áreas de florestas; e ii) destrói o patrimônio público, ao invadir áreas indígenas e unidades de conservação para o roubo de madeira. Em 2010, o SFB, em colaboração com o Instituto Nacional de Pesquisa Espacial (Inpe), iniciou a capacitação de técnicos dos órgãos de comando e controle, Ibama e Departamento de Polícia Federal, na metodologia do Sistema de Detecção da Exploração Seletiva (Detex), ferramenta de sensoriamento remoto que permite identificar a entrada ilegal em áreas florestais antes que a invasão atinja o ponto de um desmatamento de grandes proporções.

Ampliação das áreas sob concessão florestal

As concessões florestais são o modelo de gestão preconizado pelo Serviço Florestal Brasileiro, a fim de promover um desenvolvimento de base florestal sustentável e legal. As concessões florestais propiciam segurança fundiária aos Planos de Manejo Florestal Sustentável, necessária para investimentos de longo prazo, com agregação de valor local, e asseguram para a sociedade a origem de produtos florestais de qualidade.

A otimização do fluxo processual da concessão florestal, alcançada no ano de 2009, permitiu que o Serviço Florestal Brasileiro ampliasse sua capacidade de elaboração de editais de concessão florestal, saltando de uma média anual de um pré-edital e um edital, para a elaboração de quatro pré-editais e um edital no ano de 2010.

Assim, com o objetivo estratégico de ampliar as áreas sob concessão florestal e maximizar os benefícios sociais, econômicos e ambientais do processo, o Serviço Florestal Brasileiro focou suas atividades na elaboração de pré-editais de concessão florestal e na realização de consultas públicas.

O lançamento de pré-editais de concessão em 2010 foi orientado para a estruturação de oferta de matéria-prima florestal de origem legal na região da BR 163, com o objetivo de revitalizar o parque industrial florestal da região, que, nos últimos anos, praticamente entrou em colapso pela ausência de florestas legalizadas para a prática do manejo florestal. Estima-se que aproximadamente 10.000 postos de trabalho foram extintos na indústria madeireira dos municípios paraenses localizados ao longo da BR 163 nos últimos seis anos. Esse fato demonstra a necessidade de uma ação que possa ordenar uma reestruturação do setor, amparada na sustentabilidade e na legalidade.

Grande parte do orçamento do SFB em 2010 foi utilizado para a criação dos procedimentos de monitoramento dos contratos de concessão florestal já em operação (três na Flona de Jamari) e para aqueles que irão entrar em operação (dois na Flona de Saracá-Taquera). Dessa forma, foram desenvolvidos documentos, manuais e notas técnicas que detalham os procedimentos de gestão administrativa, financeira e técnica dos contratos de concessão florestal. Também estão sendo desenvolvidos sistemas informatizados voltados para o acompanhamento e a divulgação das informações da execução financeira e contábil dos contratos.

Outra ação estratégica foi a construção de agendas de cooperação técnica para apoiar os estados na implementação de suas políticas de gestão de florestas públicas. Foram construídas agendas de cooperação com os estados do Acre, Amapá, Amazonas e Pará,

visando, principalmente, à cooperação técnica para o repasse da experiência acumulada na elaboração de editais de concessão florestal e na gestão e no monitoramento de contratos.

Vale destacar que o fato de o Serviço Florestal Brasileiro não ser o órgão gestor das terras onde se encontram as florestas públicas limita sua capacidade executiva, visto que o torna dependente de atividades que são de competência de outras instituições. Essas atividades são essenciais para tornar as florestas aptas a serem submetidas ao processo de concessão florestal.

Dessa forma, o Serviço Florestal procura atuar como um facilitador, apoiando outros órgãos, para que as etapas prévias ao processo de concessão possam ser cumpridas com celeridade. Esse apoio se dá na contratação de estudos técnicos e científicos que subsidiam a elaboração de planos de manejo de Florestas Nacionais.

Manejo Florestal Comunitário

Diante do objetivo estratégico de proporcionar às comunidades residentes em Florestas Públicas a possibilidade de manejar de forma autônoma e sustentável seus recursos naturais, o Serviço Florestal Brasileiro possui dois eixos de ação: o estabelecimento de diretrizes/normativas para o Manejo Florestal Comunitário (MFC) e a implantação de experiências bem-sucedidas de produção florestal nos diferentes biomas brasileiros.

O primeiro eixo se dá pela articulação com demais órgãos do governo. Em 2010, o maior avanço foi a realização do primeiro Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar (PAMFC), no âmbito dos ministérios do Meio Ambiente (MMA) e do Desenvolvimento Agrário (MDA). Esse plano é um instrumento do Programa Federal de Manejo Florestal Comunitário e Familiar – PMCF (Decreto nº 6.874/2009).

O acordo de cooperação técnica celebrado entre o Incra e o SFB (3/12/2010 – DOU) é outro instrumento importante que permite o apoio mútuo à gestão e ao desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis em áreas destinadas a povos, comunidades tradicionais e agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA). Além disso, o SFB apoiou o Incra na formulação de diretrizes para manejo florestal comunitário em assentamentos, que culminou na promulgação da IN Incra nº 65, de 27 de outubro de 2010.

O segundo eixo de ação engloba diversas frentes de trabalho: contratações de estudos e serviços (incluindo assistência técnica); ações da própria equipe técnica do SFB; e ações integradas a outros órgãos governamentais que possuem interface com o MFC. A maior parte

dessas ações está consignada em detalhes no PAMFC 2010 e são descritas sinteticamente a seguir.

- Capacitação de 236 pessoas para as atividades de gestão de empreendimentos comunitários.
- Diagnóstico em 10 associações da Resex Verde para Sempre/Porto de Móz/PA, com o objetivo de traçar um perfil das potencialidades para implantação de projetos de MFC.
- Capacitações em boas práticas para coleta de castanha para 61 pessoas das comunidades quilombolas de Oriximiná/PA (Flona Saracá Taquera).
- Conjuntamente com o Departamento de Extrativismo (DEX/MMA), o SFB apoiou a atuação do Grupo de Trabalho das cadeias produtivas dos óleos de andiroba e copaíba na região da BR 163 e Transamazônica. Realizou o “Seminário de Óleos Vegetais do Oeste do Pará”, em agosto de 2010, em que identificou as dificuldades na estruturação dessa cadeia e elaborou um Plano de Ação Estratégico.
- Contratação de estudo com o objetivo de fazer o levantamento das iniciativas de MFC em 6 estados da Amazônia Legal e desenvolver uma metodologia que permitisse identificar e estimar a área sob MFC. Foram identificadas 1.213 iniciativas de MFC – 902 eram de manejo florestal madeireiro, e 325, com produtos florestais não madeireiros.
- Contratação de estudo que teve por objetivo promover o levantamento dos contratos entre empresas e assentados na região da BR 163, analisando minuciosamente a qualidade das relações comerciais estabelecidas entre esses atores.

O Serviço Florestal Brasileiro também realizou outras ações além das atividades previstas no Plano Anual de Manejo Florestal Comunitário e Familiar. No bioma Caatinga, houve a contratação de assistência técnica para a realização de manejo florestal. Foram obtidos excelentes resultados e as famílias estão conseguindo gerar renda por meio dessa atividade produtiva. Os contratos contemplaram 23 assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF – MDA) e 9 assentamentos do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA – Incra), nos estados de Pernambuco e Paraíba.

Outra estratégia de atuação importante foi a elaboração de dois Planos de Negócio para Produtos Florestais, para as associações comunitárias da Flona Purus (localizada nos municípios de Boca do Acre e Pauini/AM) cujo produto é “Madeira Serrada Legalizada” e para os quilombolas de Cachoeira Porteira (município de Oriximiná/PA) onde o produto é “Castanha-do-Brasil”.

As dificuldades de articulação política com outros órgãos de governo e a carência de infraestrutura próxima às comunidades onde se realizaram as ações são limitações importantes. Entre as dificuldades, pode-se citar aquelas ações necessárias para superar a morosidade do procedimento de licenciamento ambiental das áreas e a aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis pelos órgãos estaduais de meio Ambiente. As limitações de sincronia, planejamento conjunto e canalização de esforços entre os diferentes órgãos governamentais, entre outros fatores, dificultam o alcance das metas de transformar o manejo da floresta em alternativa econômica para as comunidades.

A regularização fundiária e o ordenamento territorial também são outra linha de ação que encontra muitas limitações e seus desdobramentos resultam em grandes entraves para o licenciamento ambiental.

Quanto às limitações externas, o maior percalço foi a indefinição quanto aos marcos técnicos legais para o manejo madeireiro e não madeireiro em Projetos de Assentamento e Resex. Porém, já existe uma articulação entre os órgãos de governo envolvidos para mitigar esse problema. Um exemplo foi a publicação da Instrução Normativa Incra nº 65, de 27 de dezembro de 2010 (já mencionada anteriormente), que regulamenta o manejo florestal comunitário em assentamentos da reforma agrária.

Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) tem por missão “fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor”. O FNDF apresenta natureza contábil e tem por principal atividade a reversão de parte da arrecadação obtida pelo órgão gestor das concessões florestais, em nível federal, para o apoio a projetos de organizações públicas e privadas sem fins lucrativos relacionados ao desenvolvimento do setor florestal.

São prioritárias para a aplicação dos recursos do FNDF as seguintes áreas:

- pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal;
- assistência técnica e extensão florestal;
- recuperação de áreas degradadas com espécies nativas;
- aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais;
- controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos;
- capacitação em manejo florestal;
- educação ambiental; e

- proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) foi regulamentado em 5 de maio de 2010, com a publicação do Decreto nº 7.167, que indicou a constituição dos recursos do Fundo, criou e determinou a composição e forma de funcionamento de seu Conselho Consultivo e disciplinou a elaboração de seu Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR). Em 22 de setembro de 2010, o Decreto nº 7.309 alterou a composição do Conselho Consultivo do Fundo, com a inclusão de mais uma representação da sociedade civil.

A composição do Conselho Consultivo foi definida em 7 de junho de 2010, por intermédio da Portaria SFB nº 45. A primeira reunião do Conselho Consultivo foi em 8 de junho, quando, além de discutir e aprovar seu Regimento Interno, também apreciou e manifestou-se favoravelmente à instituição de um Plano Anual de Aplicação Regionalizada que envolvesse o exercício em andamento.

Por não ter havido dotação específica para o FNDF no Orçamento Geral da União de 2010, o PAAR estimou uma disponibilidade potencial de R\$ 4.050.000,00 (quatro milhões e cinquenta mil reais) para apoio a projetos, envolvendo recursos disponibilizados a partir de cooperação com o Ministério do Meio Ambiente, recursos próprios do Serviço Florestal Brasileiro e de emendas parlamentares consignadas ao seu orçamento. Foi prevista também a possibilidade da obtenção de Créditos Extraordinários a partir da arrecadação obtida em contratos de transição para continuidade das atividades de manejo florestal celebrados pelo SFB, mas a proposta foi descartada, tendo em vista a remota possibilidade de ampliação de limites orçamentários para o Órgão.

Dessa forma, o Serviço Florestal Brasileiro promoveu, em articulação com o MMA, quatro chamadas de projetos, que resultaram na seleção de 21 projetos para apoio pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. No entanto, em razão de dificuldades administrativas, não foi possível a contratação desses projetos em 2010, ficando postergadas as contratações para o exercício de 2011.

2.3. Programas e Ações sob responsabilidade da unidade

2.3.1. Programa Nacional de Florestas

As ações desenvolvidas pelo órgão inserem-se no Programa 0506 – Nacional de Florestas, que tem por objetivo de governo “Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional”.

O Objetivo Setorial do Programa orienta-se a “Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social”.

É importante ressaltar que o Serviço Florestal Brasileiro desenvolve algumas ações do Programa Nacional de Florestas, cuja coordenação principal fica a cargo da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente.

Quadro 2- Dados gerais do Programa 0506

0506-Programa Nacional de Florestas	
Tipo de programa	Finalístico
Objetivo geral	Promover a sustentabilidade do setor florestal, contemplando a proteção dos ecossistemas, a recuperação de áreas degradadas, a expansão da base florestal plantada, o manejo sustentável de florestas naturais e a ampliação da participação social.
Gerente do programa	Braulio Ferreira de Souza Dias
Gerente executivo	João de Deus Medeiros
Indicadores ou parâmetros utilizados	1. Área de florestas com alto valor para conservação protegida; 2. área de florestas naturais em regime de manejo sustentável; 3. área de florestas plantadas; e 4. áreas degradadas recuperadas.
Público-alvo (beneficiários)	Comunidades produtoras e consumidoras dos recursos florestais, agricultores familiares e setores produtivos de base florestal.

2.3.2. Principais Ações do Programa

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), por intermédio da Unidade Gestora 440075 – Serviço Florestal Brasileiro, operou em 2010 as seguintes ações.

2.3.2.1. Ação 2D25 - Funcionamento do Serviço Florestal

Quadro 3- Dados gerais da Ação 2D25

Tipo		Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade	
Finalidade	Gerir os recursos de dotação orçamentária para o funcionamento do Serviço Florestal Brasileiro e unidades de administração dos Distritos Florestais Sustentáveis no tocante à sua estrutura e mobilidade administrativa.	
Descrição	Aplicação de recursos de forma direta ou descentralizada, visando maximizar a aplicação e racionalizar o uso do recursos orçamentários em prol do funcionamento eficaz do Serviço Florestal Brasileiro na administração e promoção da gestão de florestas públicas.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro	
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel	
Gerente-Executivo	Silane Rocha Martins	
Unidades executoras	Gerência Executiva de Administração e Logística (Geal)	

Quadro 4- Execução Física da Ação 2D25

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
18	122	0506	2D25	atividade	4	-	-	-	-

a) Análise crítica

A ação “Funcionamento do Serviço Florestal Brasileiro” possui o objetivo de gerir os recursos de dotação orçamentária para o funcionamento da sede do Serviço Florestal Brasileiro e das suas Unidades Regionais (URs). Nessa ação não há meta física, pois trata-se de ação administrativa que substitui a ação padrão Gestão e Administração do Programa, utilizada por outras unidades no mesmo programa.

Em função do Contrato de Gestão e Desempenho firmado entre o Serviço Florestal Brasileiro e o Ministério do Meio Ambiente, que confere maior autonomia ao órgão, foram realizadas contratações principalmente para atendimento das Unidades Regionais. Entre elas, a locação de imóvel para sediar a Unidade Regional Distrito Florestal Sustentável BR 163 e, para estruturação da nova sede, contratação de empresas para serviços de vigilância, motorista, copeiragem, serviços gerais, recepcionistas e impressão e cópia. Também foram feitas contratações de empresas para execução de serviços em todas as Unidades Regionais², quais sejam: fornecimento de combustível por meio do cartão Good Card, acesso a Internet

² Ao todo o Serviço Florestal Brasileiro possui quatro Unidades Regionais.

por meio de *modens* 3G, seguros para os veículos da frota do Serviço Florestal, serviço de oficina e contratação de telefonia fixa.

A fim de suprir as necessidades da sede do Serviço Florestal, em Brasília, foram celebrados os seguintes contratos: serviços de impressão; serviço de copeiragem; serviço de limpeza; transporte de pessoal e *motoboy*; transporte interestadual de carga; serviços gráficos; empresa especializada para prestação de serviços de cotação de preços, reservas e emissão de bilhetes de passagens; serviços de manutenção predial; locação de veículos terrestre, aquaviário e aéreo; telefonia móvel e fixa, internet e correio.

Além disso, todos os materiais para o uso interno do Serviço Florestal foram adquiridos por meio da ação 2D25 – Funcionamento do Serviço Florestal Brasileiro, tais como os materiais de expediente de uso diário aplicados nas áreas do Serviço Florestal, inclusive nas Unidades Regionais, para execução de suas atividades.

Destacamos que o art. 4º da LDO 2011 estabelece que as prioridades e metas físicas da Administração Pública Federal para o exercício de 2011 devem ser definidas após atendidas as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal da União e as de funcionamento dos órgãos e entidades que integram os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social.

2.3.2.2. Ação 10F1 - Demarcação das Florestas Públicas da União no Distrito Florestal da BR 163

Quadro 5- Dados gerais da Ação 10F1

Tipo		Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Projeto	
Finalidade	Demarcar as florestas públicas da União localizadas no Distrito Florestal Sustentável da BR163, permitindo a operacionalização das concessões florestais.	
Descrição	Identificação e delimitação de terras públicas da União com vocação para o manejo florestal sustentável, como Florestas Públicas, e realização de sua demarcação em campo, por intermédio de marcos geodésicos.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro	
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel	
Gerente-Executivo	Gustavo Chaves Machado	
Unidades executoras	Gerência Executiva de Cadastro de Florestas Públicas (GECFP)	

Quadro 6- Execução Física da Ação 10F1

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
18	127	0506	10F1	P	4	Ha de florestas demarcadas	200.000	49.000	60.000

a) **Análise crítica**

A execução física da ação foi de 24,5%. Foram demarcados 49.000 hectares de florestas públicas. Foram demarcadas duas Unidades de Manejo Florestal (UMF), na Floresta Nacional de Saracá-Taquera, estado do Pará. A diferença entre a meta planejada e a alcançada se deve, entre outros fatores, aos processos necessários e envolvidos na demarcação, incluindo a própria disponibilidade de Unidades de Manejo Florestal a serem demarcadas, a qual, por sua vez, depende de processos licitatórios para concessão florestal finalizados.

A execução dos serviços de demarcação foi feita por meio de licitação e contratação de empresas especializadas em topografia e geodésia, por pregão eletrônico. Coube ao Serviço Florestal Brasileiro a fiscalização da obra. As empresas contratadas foram Amazon Topografia e Logística de Selva Ltda. e Seteng Serviços Técnicos de Engenharia Ltda.

Além da demarcação de duas Unidades de Manejo Florestal Sustentáveis (UMFs) na Flona de Saracá-Taquera, também foram planejadas as demarcações de 17 UMFs nas Flonas

Amana, Crepori e as demais UMFs de Saracá-Taquera, totalizando aproximadamente 561 mil hectares que já possuem planejamento técnico elaborado. Merecem destaque a evolução e o maior detalhamento do processo de concessões florestais, que possibilitaram o aprimoramento de procedimentos e a institucionalização de padrões e formas fundamentais para a consolidação dessa etapa dos contratos de concessão florestal.

Assim, a partir de 2010, com o objetivo de melhorar a efetividade operacional e aumentar a participação de pequenas e médias empresas no processo de licitação para concessão florestal, o custeio das operações de demarcação foi repassado aos concessionários aptos à exploração florestal das unidades de manejo e as indicações técnicas específicas e o monitoramento dessas atividades couberam ao SFB. Essa mudança de procedimento deverá agilizar a implementação dessa ação, com benefícios diretos à proteção das Florestas Nacionais.

Ressalta-se que a demarcação de florestas públicas é fundamental para a eficiência do processo de concessão florestal, pois se trata de um serviço de alta precisão, que envolve a implantação de marcos para demarcar as áreas florestais. Isso traz clareza de responsabilidades e transparência entre o órgão gestor da unidade de conservação (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), o órgão fiscalizador (Ibama), o órgão gestor de contrato (SFB) e o concessionário (empresas).

Considerando as competências do Serviço Florestal, que, no caso de concessões florestais em Florestas Nacionais, resumem-se à gestão das Unidades de Manejo Florestal sob ou em processo de concessão florestal, os problemas de execução se apresentam na definição dessas unidades. Para que Unidades de Manejo Florestal sejam delimitadas e posteriormente demarcadas, é necessário haver antes a conclusão do Plano de Manejo Florestal da Unidade de Conservação, atribuição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), e, subsequentemente, o processo de licitação para a concessão florestal. Esse tem sido um processo moroso, que impacta na ação de delimitação de florestas públicas, assim como em outras ações relacionadas às concessões florestais.

2.3.2.3. Ação 10TC - Elaboração do Inventário Florestal Nacional

Quadro 7-Dados gerais da Ação 10TC

Tipo		Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Projeto	
Finalidade	Elaborar o Inventário Florestal Nacional.	
Descrição	Realização do mapeamento da cobertura florestal do país e amostragem para a qualificação das florestas, visando à produção de relatório quinquenal e disponibilização de acesso às informações sobre as florestas do Brasil pela sociedade, por meio da rede mundial de computadores (internet). A Ação permitirá a produção sistemática de indicadores sobre florestas, que facilitará a sua gestão e a demonstração da participação das florestas na economia do país, assim como subsidiará a elaboração de relatórios sobre o patrimônio florestal para atender a acordos e convenções internacionais sobre florestas dos quais o Brasil é signatário, tais como a Avaliação Global dos Recursos Florestais, a Convenção de Mudanças Climáticas, a Convenção sobre Espécies Ameaçadas (Cites) e Convenção da Diversidade Biológica.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro	
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel	
Gerente-Executivo	Joberto Veloso de Freitas	
Unidades executoras	Gerência Executiva de Informações Florestais (Geinf)	

Quadro 8- Execução Física da Ação 10TC

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
18	541	0506	10TC	projeto	3	% de inventário realizado	10	4,8	10

a) Análise Crítica

A execução física da ação no ano de 2010 foi satisfatória. O resultado apresentado no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento (SIGplan), meta realizada de 4,8%, não corresponde à realidade, uma vez que não houve preenchimento do SIGplan em dois trimestres. Desse modo, os valores ficaram nulos, o que levou a um resultado calculado pelo sistema que é inferior ao realizado. A meta alcançada na realidade foi de 8,0%, que representa o cumprimento de 80% da meta prevista.

No ano de 2010, os principais resultados foram os seguintes.

1. Desenvolvimento do Sistema de Informações do Inventário Florestal Nacional, que tem como objetivo receber, armazenar, processar e disponibilizar as informações sobre o

Inventário Florestal e é composto pelos seguintes módulos: *software* para processamento dos dados das fichas de campo do Inventário Florestal Nacional (IFN-BR); sistema de consultas gerenciais para análise dos dados advindos das fichas de campo do Inventário Florestal Nacional (IFN-BR); Portal WEB para o Inventário Florestal Nacional.

2. Desenvolvimento da *homepage* do IFN (<http://ifn.florestal.gov.br/>), que reúne as informações sobre o projeto.

3. Estabelecimento de acordos de cooperação técnica com os estados de Sergipe, Rio de Janeiro, Ceará e Rio Grande do Sul, com o objetivo de implementar o Inventário Florestal Nacional (IFN) nesses estados. Com o objetivo de finalizar o inventário florestal de Santa Catarina, o SFB estabeleceu um convênio com a Fundação Universidade de Blumenau a fim de realizar o Inventário dos remanescentes florestais do estado e gerar novas informações para a elaboração da lista das espécies vegetais ameaçadas de extinção, bem como definir áreas prioritárias para a recuperação e recomposição de ecossistemas degradados e fornecer informações para o zoneamento econômico-ecológico da atividade florestal no estado.

4. Desenvolvimento do Programa de Capacitação do IFN-BR, que objetiva formar profissionais capazes de atuar na execução do inventário, adotando a metodologia definida e garantindo o padrão de qualidade exigido. A capacitação da primeira turma ocorreu em Brasília, onde foram testados os módulos teóricos e práticos. Ao término dessa turma, foram consolidados todos os materiais e métodos a serem utilizados no treinamento e identificados os instrutores para as próximas turmas no Programa de Capacitação IFN-BR.

5. Implantação do IFN no Distrito Federal. O SFB estabeleceu uma parceria com o Departamento de Engenharia Florestal da UnB, com o objetivo geral de implementar, em caráter piloto, o IFN no Distrito Federal. O teste envolverá a capacitação de pessoal nas áreas de levantamento de campo, indicadores de biodiversidade e identificação de espécies. Com isso, pretende-se: i) aprimorar o desenho amostral a ser utilizado no bioma Cerrado, de forma a produzir estimativas a um nível de precisão aceitável; ii) reduzir o tempo de trabalho no campo; iii) otimizar a organização requerida pelo projeto em todos os níveis; e iv) melhorar o dimensionamento da demanda de pessoal de campo e de escritório. No entanto, apesar dos esforços, não se pôde concluir o repasse de recursos antes do final do ano.

Merecem destaque os acordos de cooperação técnica estabelecidos com os estados de Sergipe e Rio de Janeiro, pois, nesses dois casos, prevê-se contribuição financeira para a implementação do IFN, com recursos de fundos ambientais existentes nesses estados (2011).

2.3.2.4. Ação 10TD - Implantação do Sistema Nacional de Informações Florestais

Quadro 9- Dados gerais da Ação 10TD

Tipo		Ação Orçamentária	
Tipo de Ação	Projeto		
Finalidade	Implementar e consolidar o Sistema Nacional de Informações Florestais.		
Descrição	Apoio ao planejamento florestal regional e dos Distritos Florestais Sustentáveis, utilizando o portal de acesso a informações sobre o uso sustentável das florestas do Brasil.		
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro		
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel		
Gerente-Executivo	Joberto Veloso de Freitas		
Unidades executoras	Gerência Executiva de Informações Florestais (Geinf)		

Quadro 10- Execução Física da Ação 10TD

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
18	541	0506	10TD	projeto	4	% de sistema implantado	10	4,8	20

a) Análise crítica

A execução física da ação foi bastante satisfatória, apesar de a execução financeira ter sido inferior à prevista. Isso ocorreu devido à utilização de recursos de outro projeto, administrado pela FAO³, para o desenvolvimento do Sistema de Informações do Portal Nacional da Gestão Florestal. O resultado apresentado no SIGplan como execução física (meta realizada de 4,8%) não corresponde à realidade, pois não houve o preenchimento do SIGplan nos dois últimos trimestres. Desse modo, os valores ficaram nulos nesse período, o que levou a um resultado calculado pelo sistema (4,8%) que é inferior ao realizado. Na verdade, a meta alcançada é de 15 %, que representa um valor 50% superior à meta prevista.

No ano de 2010, foi desenvolvida a *homepage* do Sistema Nacional de Informações Florestais, que está hospedada no sítio eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro. Essa *homepage* reúne as principais informações sobre os recursos florestais, o setor florestal e o ensino e a pesquisa florestal. Tais informações foram coletadas nos órgãos brasileiros que geram dados sobre esses temas.

³ Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação

Ainda no ano de 2010, foi desenvolvido o Sistema de Informações do Portal Nacional da Gestão Florestal (PNGF). A versão 1.0 do PNGF disponibilizou informações sobre as instituições que atuam na gestão florestal, os planos de manejo florestal válidos, as autorizações de transporte de produtos florestais, as autorizações de supressão de vegetação nativa, a participação social na gestão florestal e a legislação florestal vigente no país.

O Portal Nacional da Gestão Florestal será composto por um conjunto de bancos de dados que permitirão a consulta, por meio de um Portal *Web*, de dados relevantes sobre gestão florestal do Brasil. O PNGF também incluirá um sistema de entrada de dados, que será disponibilizado para todas as instituições públicas, federais ou estaduais, responsáveis pela gestão florestal. Essas instituições serão responsáveis por manter o banco de dados do PNGF atualizado com as informações sobre gestão florestal, que estarão disponíveis para toda a população, por meio do Portal *Web*. Além disso, possuirá uma funcionalidade de importação automática de dados, que poderá ser utilizada pelos estados que já possuem sistemas de informação estruturados.

Vale destacar que o PNGF foi desenvolvido em ambiente *open source*, atendendo às especificações do governo brasileiro e às determinações do Serviço Florestal Brasileiro.

O sistema do PNGF está sendo testado e homologado e somente entrará em execução em 2011, quando os estados poderão alimentar o sistema e mantê-lo atualizado. Isso terá um impacto muito positivo em relação à transparência das informações sobre o controle do uso dos recursos florestais brasileiros exercido pelos órgãos do Sisnama, e atenderá às diretrizes da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) nº 379, de 19 de outubro de 2006, e ao Decreto nº 5.975, de 30 de novembro de 2006, que tratam da integração, padronização, transparência, divulgação de informações e controle dos produtos e subprodutos florestais. Cumpre-se, particularmente, o estabelecido no artigo 4º da Resolução Conama nº 379. As informações que compõem o PNGF permitirão análises estatísticas da evolução da gestão florestal no país.

Destacamos que, inicialmente, havia sido acordada com o Ibama a integração das informações dos sistemas estaduais sobre autorizações de planos de manejo florestal, supressão de vegetação e reposição florestal, por meio do Sistema de Licenciamento de Atividades Florestais (LAF), a fim de compor o PNGF. No entanto, o Ibama não desenvolveu o LAF conforme o cronograma previsto, o que impossibilitou a integração dos dois sistemas (LAF e PNGF). Assim, os temas citados foram desenvolvidos no próprio sistema do PNGF, de forma que os estados possam incluir seus dados diretamente, por meio da funcionalidade

de entrada de dados, da mesma maneira como ocorrerá com os dados sobre as instituições de gestão florestal (recursos humanos, financeiros, bens móveis e imóveis, entre outros).

A dificuldade de ambiente de hospedagem no Ministério do Meio Ambiente levou ao compartilhamento do servidor comprado para o sistema de informações do Inventário Florestal Nacional como solução para hospedagem do sistema do Portal Nacional da Gestão Florestal.

Além dessas metas alcançadas, foram produzidos e disponibilizados alguns documentos com informações florestais do país, como:

✓ **Questionário do Setor Florestal** (*Forest Sector Questionnaire 2010*), encaminhado à Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT). Esse questionário é elaborado anualmente e apresenta informações sobre a remoção de madeira em tora de florestas naturais e plantadas destinada à indústria e à confecção de combustíveis; a produção do setor florestal (carvão vegetal, cavacos e partículas, resíduos de madeira, madeira serrada, painéis de madeira, laminados, compensados, painel de partículas, OSB, painel de fibras, MDF, polpa de madeira – celulose e papéis); e o comércio (importação e exportação) de madeira por tipo de produto;

✓ **Livro de bolso “Florestas do Brasil em resumo – 2010”**, com a compilação das seguintes informações: principais estatísticas nacionais sobre as florestas brasileiras naturais e plantadas; os principais programas de governo relacionados às florestas, o monitoramento dos impactos nas florestas, os aspectos socioeconômicos do setor florestal, o ensino e a pesquisa florestal; os biomas brasileiros e suas florestas; e comparações internacionais;

✓ **Relatório “Critérios e Indicadores para o Manejo Sustentável de Florestas Tropicais – Questionário sobre os indicadores nacionais do Brasil”**, encaminhado à Organização Internacional de Madeiras Tropicais (OIMT). Esse relatório contempla a apresentação de informações e a descrição de 65 indicadores sobre os aspectos relacionados ao manejo sustentável das florestas tropicais, como aspectos legais, técnicos e institucionais do país.

2.3.2.5. Ação 20A7 - Desenvolvimento da Silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais

Quadro 11- Dados gerais da Ação 20A7

Tipo		Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade	
Finalidade	Promover o desenvolvimento e a transferência tecnológica para a ampliação da oferta e agregação de valor aos produtos madeireiros, não madeireiros e de serviços ambientais da silvicultura com espécies nativas e dos sistemas de produção agroflorestal. Buscar o desenvolvimento, em todo o Brasil e, em específico, nos distritos florestais sustentáveis, de cadeias produtivas que proporcionem a geração de emprego, renda, inclusão social e benefícios sociais para produtores familiares, pequenos e médios produtores rurais.	
Descrição	Promoção do fortalecimento e implantação de centros e unidades orientadas ao desenvolvimento e difusão tecnológica, à realização de pesquisas, ensaios de campo, treinamentos e atividades de difusão tecnológica, envolvendo publicação de materiais didáticos, programas radiofônicos, vídeos e outras mídias para a ampliação do conhecimento tecnológico silvicultural e a agregação de valores aos produtos e subprodutos da silvicultura com espécies nativas e sistemas agroflorestais.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro	
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel	
Gerente-Executivo	José Natalino Silva	
Unidades executoras	Gabinete	

Quadro 12- Execução Física da Ação 20A7

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
18	573	18	573	0506	4	atividade	4	nº de tecnologias difundidas	4

a) Análise Crítica

Não houve execução orçamentária nem execução física nesta ação. A execução estava prevista para ser no município de Marabá, estado do Pará, em razão da existência de um viveiro e um laboratório de sementes, ambos sem utilização, cujos equipamentos foram disponibilizados pela Prefeitura de Marabá. No entanto, o Serviço Florestal Brasileiro concluiu pela inviabilidade da aquisição da área, seja pela compra seja pela desapropriação. Até a elaboração deste relatório, ainda estava sendo estudada uma alternativa para a implantação de um centro de produção de sementes e mudas.

2.3.2.6. Ação 2D12 - Planejamento e Gestão das Concessões Florestais

Quadro 13- Dados gerais da Ação 2D12

Tipo		Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade	
Finalidade	Empreender as iniciativas de gestão das florestas públicas, promovendo o monitoramento das condições ambientais, do uso dos recursos naturais e das atividades antrópicas, bem como licitar e administrar contratos de concessão florestal, buscando garantir a sua proteção ecológica, biológica e cultural, o uso sustentável dos recursos naturais e a promoção do desenvolvimento local, a transparência, a segurança jurídica e a continuidade das ações empreendidas, garantindo o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos e o pagamento pelo uso dos recursos.	
Descrição	Implementação das ações relativas à gestão das florestas públicas da União, estados e municípios, buscando a efetividade no cumprimento dos Planos de Manejo Florestal Sustentáveis dos contratos de transição de continuidade do manejo e dos contratos de concessão florestal. Efetuar estudos ambientais preliminares para fins de licenciamento ambiental prévio, desenvolver estudos que subsidiem a oferta de florestas públicas para manejo florestal, considerando suas características intrínsecas e a adequação a aspectos tecnológicos e de mercado, como preços de produtos florestais, logística de exploração e de transporte. Definição das normas e parâmetros contratuais e das obrigações das partes, desenvolvendo a fiscalização e acompanhamento dos contratos. Disposição sobre as normas e técnicas de controle da produção, incluindo o uso de tecnologias de rastreamento da produção. Monitoramento da proteção de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção nas áreas de florestas públicas, dos corpos d'água, da proteção das florestas públicas contra incêndios, desmatamentos e explorações ilegais e outras ameaças à sua integridade e à dinâmica de desenvolvimento das florestas públicas. Monitoramento do cumprimento da legislação trabalhista, da existência de conflitos socioambientais, dos impactos sociais, ambientais, econômicos e outros que possam afetar a segurança pública e a defesa nacional, tomando as providências cabíveis para sua regularização. Produção e divulgação do Relatório Anual de Gestão de Florestas Públicas, garantindo a transparência, diálogo e o acesso às informações.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro	
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel	
Gerente-Executivo	Marcelo Arguelles	
Unidades executoras	Gerência Executiva de Concessões Florestais – GECF	

Quadro 14- Execução Física da Ação 2D12

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
18	541	0506	2D12	atividade	3	ha de contratos gerados	1.000.000	447.060	700.000

a) Análise crítica

O SFB estabeleceu como meta para 2010 a elaboração de editais de concessão florestal que totalizassem 1 milhão de hectares de florestas públicas ofertadas para concessão. Essa meta foi alcançada, com o lançamento e cumprimento da etapa de consultas públicas de cinco pré-editais, que, ao todo, somam 1.047.194 hectares de florestas públicas para concessão florestal, conforme apresentado na tabela 1. Os pré-editais são a primeira versão do edital de concessão florestal e devem ser submetidos a uma série de consultas públicas e audiências públicas, conforme a Lei nº 11.284/2006.

Tabela 1- Área dos pré-editais lançados em 2010.

Pré-editais 2011	Área das Flonas (em ha)	Área dos pré-editais (em ha)
Altamira	689.012	380.316
Amana	540.471	210.161
Crepori	740.661	251.358
Jacundá	220.644	112.157
Saracá-Taquera	429.600	93.203
Totais	2.620.388	1.047.194

Dos cinco pré-editais lançados em 2010, apenas o edital da Flona do Amana, lançado dia 27 de outubro de 2010, foi publicado e entrou em processo licitatório.

Os cinco pré-editais lançados estão distribuídos em 26 Unidades de Manejo Florestal, que possuem o potencial de gerar aproximadamente 8.000 empregos e injetar na economia local aproximadamente 0,5 bilhão de reais por ano, com a atividade industrial e de serviços associadas. Na tabela 2, apresentam-se o detalhamento das áreas que estão com seus pré-editais lançados e uma estimativa dos potenciais benefícios socioeconômicos e ambientais a serem gerados.

Tabela 2- Estimativa de potenciais indicadores socioeconômicos a serem gerados a partir dos pré-editais lançados em 2010.

Pré- editais 2011	Área das Flonas (em ha)	Área dos pré-editais (em ha)	Volumetria total¹ (em m³)	Arrecadação potencial (em R\$/Ano)	Empregos totais	Economia circulante (em R\$/Ano)	Repasses para os municípios (em R\$/Ano)
Altamira	689.012	380.316	215.512	17.240.992	3.082	159.479.176	2.413.739
Amana	540.471	210.161	119.091	9.527.283	1.703	88.127.366	1.333.820
Crepori	740.661	251.358	142.436	11.394.873	2.037	105.402.578	1.595.282
Jacundá	220.644	112.157	63.556	5.084.451	909	47.031.169	711.823
Saracá- Taquera	429.600	93.203	52.815	4.225.203	755	39.083.125	591.528
Totais	2.620.388	1.047.194	593.410	47.472.801,00	8.486	439.123.414,00	6.646.192,00

Nota:¹Estimativa de produção madeireira em m³.

Todos os pré-editais lançados e suas audiências públicas respectivas foram precedidos de comunicados publicados no Diário Oficial da União e também divulgados no sítio eletrônico do SFB. Destaca-se que cada pré-edital passa por um amplo processo de consulta pública, composto de diversas etapas e momentos, visando ampliar os espaços para a discussão dos termos do documento e qualificar a participação da sociedade civil no processo. Na tabela 3, apresenta-se um resumo das atividades de consultas públicas realizadas no ano de 2010 e o número de participantes.

Tabela 3- Lista de atividades e número de participantes nos processos de consultas públicas realizadas em 2010.

Pré-editais	Reuniões técnicas		Audiências públicas		Participantes totais
	Número de reuniões	Participantes	Número de audiências	Participantes	
Edital Amana	21	345	3	409	754
Edital Crepori	4	48	3	277	325
Edital Saracá-taquera					
lote 2	9	72	3	448	520
Edital de Altamira	10	104	3	273	377
Edital de Jacundá	4	82	3	251	333
Totais	48	651	15	1.658	2.309

Além dos resultados apresentados, foram assinados dois contratos de concessão florestal, relativos ao Edital 01/2009 da Flona de Saracá-Taquera, que totalizaram 48.857 hectares, divididos em duas Unidades de Manejo Florestal. Além disso, vale destacar que, em

setembro de 2010, iniciaram as atividades exploratórias do primeiro processo de concessão florestal realizado pelo Serviço Florestal Brasileiro, na Flona do Jamari, em Rondônia.

Em relação à gestão dos contratos de transição, a meta de conclusão desses contratos foi alcançada integralmente. Na tabela 4, apresentam-se o volume de madeira produzido em cada uma das áreas referentes aos contratos assinados e o montante de pagamentos feitos à União.

Tabela 4- Volume produzido e valores recolhidos à União referentes aos contratos de transição assinados com o Serviço Florestal Brasileiro.

Detentor contrato de transição	Município/UF	Área do PMFS sob contrato de transição	Volumetria objeto do contrato (em m3)	Volume transportado (em m ³)	Valor pago pela volumetria transportada
Adelar de Souza	Rurópolis/PA	473,59	8.237,36	3.539,40	65.129,89
Cláudio José F. de Almeida	Uruará/PA	504,07	16.357,08	18.555,35	354.656,18
Ivan dos Santos Lira	Uruará/PA	483,00	15.777,53	14.293,18	239.185,00
José Leocir Finatto V. Neto	Novo Progresso/PA	173,52	4.021,61	3.960,48	46.505,88
Leocir Antônio S. Valério	Novo Progresso/PA	358,68	10.887,43	10.817,42	129.643,01
Nilton Lourenço de Resende Jr.	Trairão/PA	450,00	12.819,95	9.245,77	62.121,84
Hélio Dallagnol	Altamira/PA	445,30	9.576,58	251,44	2.021,60
Precious Woods Belém Ltda	Portel/PA	13.265,00	166.116,20	95.585,53	2.046.187,10
Lino Pelegrine	Altamira/PA	400	11.789,27	-	-
Júlia Rosa de Jesus	Novo Progresso/PA	1.378,86	34.609,00	20.094,57	577.287,72
L.F. Timbers Ltda	Portel/PA			-	-
Total		17.932,02	290.192,01	176.343,14	3.522.738,22

Para uma floresta ser concedida, é necessário um fluxo de processos e etapas subsequentes e interdependentes, que culminam na assinatura dos contratos de concessão florestal. A etapa inicial desse processo é a habilitação legal das florestas, que, no caso de Florestas Nacionais, equivale a dotar a Unidade de Conservação de seu plano de manejo e constituir seus conselhos consultivos, responsabilidade do ICMBio.

Os pré-editais lançados em 2010 são relativos a florestas que tiveram seus processos de habilitação iniciados entre os anos de 2006 e 2008. Isso demonstra a importância do estabelecimento de um processo contínuo de habilitação de florestas, para que não haja

lacunas de lançamento de novas áreas de concessão no futuro. Nesse sentido, podemos perceber que a habilitação de novas Flonas e a contratação de estudos técnicos que subsidiem a elaboração de seus planos de manejo devem ser priorizadas.

Tanto a habilitação de florestas para concessões quanto o monitoramento adequado das florestas concedidas requerem trâmites jurídicos e administrativos rápidos e objetivos, sobre os quais o SFB não tem controle. Para ser mais eficiente e atender à enorme demanda de madeira legal na Amazônia, o SFB precisa adquirir autonomia jurídica e ter a governança sobre as florestas a serem concedidas, de modo a dar a escala necessária ao processo de concessões.

2.3.2.7. Ação 2D13 - Criação e Implementação de Distritos Florestais Sustentáveis

Quadro 15- Dados gerais da Ação 2D13

Tipo	Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade
Finalidade	Apoiar os processos de criação e implementação dos complexos geo-econômico-sociais representados pelos Distritos Florestais Sustentáveis.
Descrição	Promoção da integração e da sinergia na atuação dos diversos agentes públicos e privados atuantes na área de abrangência dos Distritos Florestais Sustentáveis, no sentido de viabilizar a produção florestal, de forma sustentável e integrada com os demais setores da economia, alçando as cadeias de produção de base florestal ao centro da dinâmica econômica regional.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel
Gerente-Executivo	Luiz Carlos de Miranda Joels
Unidades executoras	Gabinete

Quadro 16- Execução Física da Ação 2D13

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
18	541	0506	2D13	atividade	4	nº de distritos florestais implantados	1	1	1

a) Análise Crítica

Dentre os principais resultados atingidos, pode-se destacar a locação de imóvel para sediar a Unidade Regional Distrito Florestal Sustentável BR 163 e, para a estruturação da nova sede, a contratação de empresas para serviços de vigilância, motorista, copeiragem, serviços gerais, recepcionistas e impressão e cópia. A locação de outro imóvel teve como objetivo melhorar as instalações da UR, a fim de proporcionar melhores condições de trabalho aos funcionários.

É importante citar também o lançamento de pré-editais de concessão em 2010, que foi orientado para a estruturação de oferta de matéria-prima florestal de origem legal na região da BR 163, com o objetivo de revitalizar o parque industrial florestal da região, que nos últimos anos praticamente entrou em colapso pela ausência de florestas legalizadas para a prática do manejo florestal. Estima-se que aproximadamente 10.000 postos de trabalho foram extintos na

indústria madeireira dos municípios paraenses localizados ao longo da BR 163 nos últimos seis anos. Esse fato demonstra a necessidade de uma ação que possa ordenar uma reestruturação do setor, amparada na sustentabilidade e na legalidade.

Além disso, destacamos que não foram criados novos Distritos Florestais Sustentáveis, pois é um processo complexo, que envolve várias instâncias do governo, e, no ano passado, as condições não foram favoráveis à sua criação.

2.3.2.8. Ação 4641- Publicidade e Utilidade Pública

Quadro 17- Dados gerais da Ação 4641

Tipo		Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade	
Finalidade	Propiciar o atendimento ao princípio constitucional da publicidade, mediante ações que visam informar, esclarecer, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população ou segmento da população para adotar comportamentos que lhe tragam benefícios sociais, com o fim de melhorar a sua qualidade de vida.	
Descrição	A ação se desenvolverá por meio de divulgação de conteúdos vinculados a objetivos sociais de interesse público, que assumam caráter educativo, informativo, de mobilização ou de orientação social, ou ainda que contenha uma orientação à população que a habilite ao usufruto de bens ou serviços públicos e que expresse, com objetividade e clareza, mediante a utilização de linguagem de fácil entendimento para o cidadão.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro	
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel	
Gerente-Executivo	Luis Gonçalves da Motta	
Unidades executoras	Gabinete	

Quadro 18- Execução Física da Ação 4641

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
18	131	0506	4641	atividade	4	-	-	-	-

a) **Análise Crítica**

A fim de dar publicidade às ações desenvolvidas pelo Serviço Florestal Brasileiro, foram elaborados *spots*⁴ de rádio semanais para divulgação de ações florestais sustentáveis em todos os estados da região Norte. Essa atividade tem ajudado a conscientizar as comunidades sobre a atividade florestal em bases sustentáveis, a importância do manejo florestal e seus benefícios para a população e para a floresta e os processos de concessão florestal. O uso da mídia radiofônica vem-se mostrando o veículo ideal para a difusão de ações entre a população amazônica, considerando o alcance desse meio mesmo em regiões remotas.

Para a realização desta ação, não foram utilizados recursos orçamentários, pois o pagamento da locução ocorreu por meio da contratação por projeto internacional que não é executado pelo SFB (Projeto BR 163).

⁴ *Spot* é um fonograma utilizado como peça publicitária em rádio, feita por uma locução simples ou mista (duas ou mais vozes).

2.3.2.9. Ação 4950 - Capacitação em Atividades Florestais

Quadro 19- Dados gerais da ação 4950

Tipo		Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade	
Finalidade	Promover a qualificação de recursos humanos para a adoção das técnicas adequadas à realização de atividades florestais, contribuindo no uso sustentável dos recursos florestais madeireiros e não madeireiros.	
Descrição	A promoção da adoção do Manejo Florestal como uma atividade econômica que compatibiliza a conservação e o uso sustentável dos recursos florestais à geração de renda e de benefícios socioeconômicos para a sociedade depende, em grande medida, da geração e difusão de conhecimentos referentes às práticas a serem adotadas em campo. Considerando que a qualificação de técnicos e trabalhadores quanto às melhores práticas de manejo florestal, madeireiro e não madeireiro, é essencial para viabilizar a sua implementação, a ação promove e articula, no âmbito federal e em parcerias em outras entidades públicas e privadas, atividades de geração de conhecimentos, difusão e capacitação de técnicas adequadas para as atividades florestais. Essas parcerias priorizam as entidades de ensino e pesquisa, as entidades que realizam capacitação e qualificação profissionalizante de ensino formal e não formal, bem como as orientadas à difusão nos meios de comunicação da incorporação do componente florestal às atividades rurais.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro	
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel	
Gerente-Executivo	Cristina Galvão Alves	
Unidades executoras	Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal (Cenaflor)	

Quadro 20- Execução Física da Ação 4950

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
18	128	0506	4950	atividade	4	nº de pessoas capacitadas	340	286	340

a) Análise Crítica

Os resultados desta ação contribuem para o alcance dos objetivos estratégicos do Serviço Florestal Brasileiro, uma vez que a difusão e capacitação para a adoção de práticas florestais produtivas promovem o uso adequado do recurso florestal, a geração de renda e o emprego para diversos setores da sociedade e também contribuem para a conservação das florestas.

Durante o ano de 2010, foram realizados 27 eventos de capacitação e sensibilização, que incluíram engenheiros florestais, lideranças locais, presidentes de sindicatos de

agricultores, representantes do setor madeireiro, gestores públicos, assentados, estudantes de curso técnico em manejo florestal, estudantes de cursos de engenharia florestal, jornalistas e professores universitários. Essas capacitações foram realizadas com recursos do Orçamento Geral da União e também com recursos de doação da Comunidade Européia, por meio de execução de projetos de cooperação internacional.

A principal limitação à execução física das atividades previstas relaciona-se à impossibilidade de realização de cursos operacionais em campo, sobretudo em áreas comunitárias, em razão da falta de licenciamento ambiental dos projetos de assentamento e dos planos de manejo florestais. Além disso, apesar de o quadro técnico do CENAFLOR apresentar pouca experiência e vivência de campo em Manejo Florestal e processos de capacitação, isso tem sido solucionado com a qualificação da equipe para a realização das atividades finalísticas, bem como com a formação de equipes multidisciplinares com servidores de outras áreas do SFB.

Também se destaca que a natureza das capacitações realizadas, em localidades de difícil acesso e pouca infraestrutura, dificulta o processo de contratação dos serviços para a sua realização, tais como: serviço de alimentação e hospedagem, equipamentos de audiovisual, transporte coletivo terrestre e fluvial, entre outros, via as normas da Lei nº 8.666. Tais dificuldades foram superadas parcialmente por meio da contratação de empresa de organização de eventos.

Podemos afirmar que a execução física da ação demonstra uma efetividade das ações realizadas e dos resultados obtidos em campo. O fato de ter uma execução financeira de 54% e uma execução física de 84% está relacionado à realização de atividades de curta duração e elevado número de participantes, o que ocasionou uma elevação da meta física, sem reflexo direto na execução financeira. Além disso, algumas capacitações foram realizadas de forma integrada com o setor produtivo, que custeou parte das despesas para realização das atividades.

Assim, as estratégias de execução implementadas nesta atividade são adequadas por: (i) valorizar o envolvimento de entidades parceiras, inclusive com pagamento compartilhado de despesas; e (ii) buscar eficiência na aplicação dos recursos públicos.

2.3.2.10. Ação 6035- Pesquisa e Desenvolvimento Florestal

Quadro 21- Dados gerais da Ação 6035

Tipo		Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade	
Finalidade	Realizar pesquisas e promover o desenvolvimento científico e tecnológico, subsidiando a formulação e a implementação de normas de acesso e uso dos recursos florestais e orientando para o melhor aproveitamento dos produtos de origem florestal.	
Descrição	Geração de conhecimentos, desenvolvimento e inovação de técnicas e tecnologias, para a implantação de sistemas de produção florestal sustentáveis e com ênfase no uso múltiplo das florestas naturais e plantadas. Agregação de valor aos produtos florestais madeireiros e não madeireiros, racionalizando a exploração e o processamento dos recursos florestais, aperfeiçoando as práticas de processamento associadas às indústrias de base florestal, valorizando as florestas e gerando renda e promovendo a inclusão social.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro	
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel	
Gerente-Executivo	Varlone Martins	
Unidades executoras	Laboratório de Produtos Florestais (LPF)	

Quadro 22- Execução Física da Ação 6035

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
18	571	0506	6035	atividade	4	nº de pesquisas realizadas	14	3	14

a) Análise Crítica

Durante o ano de 2010, foram executados 14 projetos de pesquisa relacionados à tecnologia da madeira. Desse total, três projetos foram finalizados. Vale destacar que os projetos são executados de forma contínua e em diferentes proporções durante o ano. Como exemplos, têm-se o projeto “Composição química e avaliação da atividade biológica das espécies do Cerrado *Gallesia integrifolia* (Spreng) e *Piptocarpha rotundifolia* Baker” e a “Chave interativa de identificação de madeiras”, disponibilizada na página do Serviço Florestal Brasileiro, em versão bilíngue (inglês e português), cuja base de dados possui 60 características referentes a 160 espécies estudadas pelo LPF.

Paralelamente aos projetos de pesquisa, o Serviço Florestal Brasileiro, por meio do Laboratório de Pesquisas Florestais, desenvolveu outras atividades que visam otimizar o uso dos recursos florestais, como a implementação do Curso de Identificação Macroscópica de

Madeiras Tropicais, coordenado pelo Cenaflor/SFB e Ibama, com 140 horas/aula. Esse curso capacitou 25 profissionais – 20 da fiscalização do Ibama de diversos estados e do DF; um do Batalhão Ambiental do Amapá; três da Secretaria do Meio Ambiente do Ceará; e um da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí. Outro curso, “Identificação macroscópica no combate à exploração, transporte e comercialização ilegal de madeiras”, realizado pelo LPF em conjunto com o Departamento de Polícia Federal, com 40 horas aula, capacitou 18 peritos. Todas essas atividades visam otimizar o uso dos recursos florestais e estão, portanto, em consonância com a consecução dos objetivos do Serviço Florestal Brasileiro.

Os problemas encontrados na execução da ação restringiram-se a questões operacionais, principalmente relacionadas aos processos de compras e contratações de serviços, e foram resultantes da morosidade na tramitação desses processos. Essa morosidade, no entanto, deve ser creditada às adequações que se fazem necessárias após a reorganização institucional ocorrida no âmbito do MMA, com a incorporação do LPF ao Serviço Florestal Brasileiro. Todavia, a integração institucional evolui satisfatoriamente e essas dificuldades tendem a ser superadas.

2.3.2.11. Ação 8298 - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Florestal Sustentável

Quadro 23– Dados gerais da Ação 8298

Tipo		Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade	
Finalidade	Apoiar projetos orientados ao desenvolvimento do setor florestal nacional e ao fomento de atividades sustentáveis de base florestal no Brasil e a promover a inovação tecnológica do setor.	
Descrição	Disponibilização de recursos provenientes da arrecadação com concessões florestais e recursos de outras fontes que venham a ser destinados ao FNDF, para aplicação, prioritária, em projetos nas seguintes áreas de: I - pesquisa e desenvolvimento tecnológico em manejo florestal; II - assistência técnica e extensão florestal; III- recuperação de áreas degradadas com espécies nativas; IV - aproveitamento econômico racional e sustentável dos recursos florestais; V - controle e monitoramento das atividades florestais e desmatamentos; VI - capacitação em manejo florestal e formação de agentes multiplicadores em atividades florestais; VII - educação ambiental; VIII - proteção ao meio ambiente e conservação dos recursos naturais.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro	
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel	
Gerente-Executivo	Marco Giovanni Clemente Conde	
Unidades executoras	Gerência Executiva de Fundo e Fomento - Geff	

Quadro 24- Execução Física da Ação 8298

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
18	541	0506	8298	atividade	3	nº de projetos apoiados	6	1	12

a) Análise crítica

A atuação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) é baseada no Plano Anual de Aplicação Regionalizada (PAAR), que prevê as áreas, temas e estratégias de apoio a projetos para cada ano. Para o exercício de 2010, o PAAR previu, como regiões prioritárias para investimento, os biomas Amazônia, Caatinga e a Mata Atlântica. Os temas prioritários foram: o uso sustentável dos recursos florestais por agricultores familiares e pelos povos e comunidades tradicionais na Amazônia legal e na Caatinga; a restauração florestal da Mata Atlântica na região Nordeste; e a formação de recursos humanos para o desenvolvimento florestal na Amazônia e na Caatinga.

Para implementação dessa estratégia, o Serviço Florestal Brasileiro promoveu, em articulação com o Ministério do Meio Ambiente, quatro chamadas de projetos, as quais resultaram na apresentação de 69 projetos, dos quais – considerando as disponibilidades de recursos para 2010 – 21 foram selecionados para apoio.

A modalidade de apoio proposta nas chamadas de projeto envolveu a seleção de comunidades e organizações beneficiárias, segundo critérios que levassem à maior chance de sucesso dessas comunidades diante do apoio recebido, que consistiria na oferta de serviços de capacitação e treinamentos de curta duração, elaboração de planos de manejo e de negócios e na prestação de assistência técnica para a promoção das atividades de manejo florestal, produção de sementes e de mudas florestais, conforme o objeto de cada chamada.

A seleção de projetos foi concluída dentro do cronograma previsto, com a publicação dos resultados na data originalmente anunciada nas chamadas. Com relação à elaboração das peças técnicas (Termos de Referência), visando à pretendida contratação dos serviços a serem disponibilizados aos beneficiários, houve um somatório de atrasos, principalmente pela relativa complexidade da especificação dos serviços.

Finalmente, a necessidade de seguidas revisões para adequação dos Termos tornou inviável a realização dos pregões eletrônicos antes do término do exercício. Ficaram os compromissos de apoio do FNDF previstos no PAAR 2010 postergados para o exercício de 2011.

Dessa forma, o desempenho físico desta ação, com o apoio de apenas um projeto, pode ser considerado bastante reduzido, diante da meta de apoiar seis projetos. Entretanto, vale destacar que o processo de seleção dos projetos a serem apoiados foi concluído em 2010, não sendo possível apenas a sua contratação. Dessa forma, o FNDF inicia o ano de 2011 com 21 projetos a serem apoiados, aumentando o desempenho desta ação no médio prazo.

A Ação 8298 também foi parcialmente prejudicada pela demora no processo de regulamentação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal. Iniciado ainda em 2008, somente teve termo em maio de 2010, com a publicação do decreto de regulamentação.

2.3.2.12 Ação 8300 - Apoio ao Manejo Florestal Comunitário

Quadro 25– Dados gerais da Ação 8300

Tipo		Ação Orçamentária
Tipo de Ação	Atividade	
Finalidade	Promover o manejo florestal sustentável comunitário em áreas públicas, agregando valor à produção, conservando os recursos naturais e melhorando a qualidade de vida da população.	
Descrição	Identificação de comunidades locais e populações tradicionais, controlando e apoiando os processos de destinação não onerosa dos recursos florestais; promoção da capacitação de comunitários e técnicos para o controle florestal, para o manejo florestal comunitário, para a prestação de assistência técnica florestal, para o processamento e agregação de valor à produção e para sua comercialização; diagnóstico e proposição de adaptações aos instrumentos econômicos associados ao uso e à conservação dos recursos florestais manejados por comunidades.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Serviço Florestal Brasileiro	
Coordenador nacional da ação	Antônio Carlos Hummel	
Gerente-Executivo	Hélio Silva Pontes	
Unidades executoras	Gerência Executiva de Florestas Comunitárias (GEFC)	

Quadro 26- Execução Física da Ação 8300

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
18	541	0506	8300	atividade	4	ha de área manejada	90.000	59.976	50.000

a) Análise Crítica

As metas de implantação de Planos de Manejo Florestal Sustentável em Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projetos de Assentamento Agroextrativistas (PAE), Projetos de Assentamento Florestal (PAF) e Reservas Extrativistas (Resex) não foram atingidas. No entanto, foram implantados os Planos de Manejo Florestal Comunitário no bioma Caatinga, abrangendo 32 Projetos de Assentamento, que possuem uma área total de 32,7 mil hectares.

Além disso, foram realizados cursos de gestão em empreendimentos comunitários nas comunidades de Projeto de Assentamento (PA) Cristalino I e II, PA Paraíso, PA Bom Jardim, PDS Virola Jatobá, PDS Igarapé do Anta, PDS Terra Nossa, Flona Tapajós e Resex Verde para Sempre. Também foi realizada oficina de plano de negócios para a Flona Purus e para a comunidade Quilombola de Cachoeira Porteira (Oriximiná/PA).

O Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) foi contratado para a realização do “Estudo sobre contratos entre empresas e assentamentos para exploração de produtos florestais madeireiros na BR 163 e entorno”, a fim de fazer um diagnóstico da situação atual de experiências envolvendo comunidades e empresas. Nesse estudo foram analisados 21 comunidades: 14 Projetos de Assentamento, 5 Projetos de Desenvolvimento Sustentável, 1 Projeto de Assentamento Especial Quilombola e 1 Projeto de Assentamento Agroextrativista. Esses projetos estão distribuídos em 10 municípios do Pará, em áreas de assentamentos que representam importante fonte de matéria-prima para o abastecimento do setor madeireiro, mas, por outro lado, também resultam no aumento da migração e do desmatamento. Na maior parte dos assentamentos estudados, a exploração florestal foi realizada em desconformidade com as informações dos planos de manejo disponíveis no Sistema Integrado de Monitoramento e Licenciamento Ambiental (Simlam).

Por fim, o estudo apontou os casos em que as relações entre comunidades e empresas, em atividades de Manejo Florestal Comunitário, têm maior possibilidade de trazer impactos positivos para os manejadores comunitários.

A implementação de Planos de Manejo Florestal por comunidades continua sendo um ponto crítico para a execução das metas do Serviço Florestal. Contudo, isso não é decorrente de limitações internas, mas de limitações externas vindas do grau organizativo das comunidades e do processo de licenciamento. A execução de planos de manejo florestal por comunidades é fruto de um processo contínuo de aprendizado e pode demandar alguns anos a partir do momento em que a comunidade decide levar adiante a proposta. Por outro lado, a maior parte das áreas prioritárias não está regularizada ambientalmente, impedindo o licenciamento para o manejo florestal comunitário. Além disso, muitas Reservas Extrativistas não possuem Planos de Manejo da Unidade, o que impossibilita o licenciamento para o manejo florestal comunitário.

A ausência de regulamentação específica para o Manejo Florestal Comunitário em Unidades de Conservação (UCs) também é um fator limitante. No entanto, aguarda-se, para breve, o lançamento, pelo ICMBio, de legislação referente ao tema.

A respeito das relações entre empresas e comunidades, realizou-se um estudo sobre as parcerias para a produção de madeira em assentamentos mencionados acima. Há que se considerar os efeitos da nova instrução normativa do Incra (IN Incra nº 65, de 27 de dezembro de 2010), que regulamenta o manejo florestal comunitário em assentamentos da reforma agrária, estabelecendo critérios e procedimentos para as atividades de Manejo Florestal

Sustentável em Projetos de Assentamento. Essa instrução normativa cria o ambiente legal necessário para que se possa promover ações de manejo florestal comunitário, ampliando o leque de atuação do SFB.

2.3.2.13 Ação 8304 - Cadastramento de Florestas Públicas Nacionais

Quadro 27- Dados gerais da Ação 8304

Tipo		Ação Orçamentária	
Tipo de Ação		Atividade	
Finalidade		Implementar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas.	
Descrição		Consolidação das informações sobre as características florestais e fundiárias das florestas públicas em domínio da União, dos estados e dos municípios, delimitando suas áreas, registrando os imóveis e demarcando estas florestas.	
Unidade responsável pelas decisões estratégicas		Serviço Florestal Brasileiro	
Coordenador nacional da ação		Antônio Carlos Hummel	
Gerente-Executivo		Gustavo Chaves Machado	
Unidades executoras		Gerência Executiva de Cadastro de Florestas Públicas (GECFP)	

Quadro 28- Execução Física da Ação 8304

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2011
18	127	0506	8304	atividade	4	ha de florestas cadastradas	50.000.000	19.005.412	10.000.000

a) Análise Crítica

A execução física da ação foi de 38%. Foram cadastros aproximadamente 19 milhões de hectares de florestas públicas. Essa figura corresponde, no entanto, a problemas de inserção de dados no SIGplan e não representa, de fato, a realidade. A meta de cadastrar 50 milhões de hectares de florestas públicas foi cumprida e superada em aproximadamente um milhão de hectares, o que totaliza o cumprimento da meta em 103% dos hectares planejados. Porém, como a atualização do CNFP em 2010, ocorrida entre os meses de novembro e dezembro, não foi devidamente inserida no SIGplan até a data de lançamento. A tabela, então, ficou defasada.

Os grandes maciços florestais públicos já foram cadastrados. O CNFP alcançou cerca de 290 milhões de hectares de florestas públicas registradas.

Entre os resultados de 2010 estão:

- conclusão dos levantamentos cartoriais nas Florestas Nacionais (Flonas) de Itaituba I, Itaituba II, Jacundá, Crepori, Amana e Macauã-São Francisco. Encontram-se em andamento os levantamentos das Flonas Altamira, Trairão (essas duas pela contratação de consultoria

jurídica especializada), Jatuarana, Humaitá, Balata-Tufari, Iquiri e Pau-Rosa; prevista também a necessidade de atuação em florestas públicas comunitárias;

- iniciado o desenvolvimento do Portal do CNFP, que facilitará a integração dos estados e outros detentores de florestas públicas. O portal será uma ferramenta tecnológica moderna e amplamente acessível, que permitirá o acesso às informações e aos dados desse CNFP;
- cadastramento de Unidades de Conservação Estaduais presentes no CNUC/MMA. Para o cadastramento das demais florestas públicas estaduais, além das Unidades de Conservação, também será adotada a estratégia de implementação de Geoportal, que possibilitará o acesso e a gestão do banco de dados do CNFP, por meio de ferramenta eficiente, de boa qualidade e eficaz.

O CNFP encontra-se numa fase em que a maior parte dos grandes maciços de florestas públicas federais já foi cadastrada. Resta a inclusão de áreas menores e de maior dificuldade de identificação e delimitação, assim como das áreas estaduais e municipais. Florestas públicas com essas características demandam mais tempo de trabalho (áreas menores) e implicam menor governabilidade do SFB nos processos de cadastramento (florestas estaduais e municipais).

2.4. Desempenho Orçamentário e Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Quadro 29- Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Serviço Florestal Brasileiro	44102	440088

2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro 30- Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes					
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA		2.428.131	10.078.113			36.486.127 27.617.249
	LOA		2.428.131	10.078.113			35.526.127 28.717.249
CRÉDITOS	Suplementares		6.455.000	1.936.000			1.456.972 105.573
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
	Créditos Cancelados						
Outras Operações							
Total		8.883.131	12.014.113			36.984.289 28.822.822	

Fonte: Siafi.

2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro 31 - Programação de Despesas Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital					
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA		4.700.000	3.460.000			
	LOA		4.700.000	3.785.000			
CRÉDITOS	Suplementares						
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados		1.604.235					

Outras Operações						
Total	3.095.765	3.785.000				

Fonte: Siafi.

2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro 32- Resumo da Programação de Despesas

Valores em R\$
1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2009	2010	2009	2010	2009	2010
LOA	Dotação proposta pela UO						
	PLOA	38.914.258	37.695.362	4.700.000	3.460.000		
	LOA	37.954.258	38.795.362	4.700.000	3.785.000		
CRÉDITOS	Suplementares	7.911.972	2.041.573				
	Especiais	Abertos					
		Reabertos					
	Extraordinários	Abertos					
		Reabertos					
Créditos Cancelados			1.604.235				
Outras Operações							
Total		45.867.420	40.836.935	3.095.765	3.785.000		

Fonte: Siafi.

2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro 33- Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$
1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação o Interna	Concedidos					
	Recebidos	440088		12.013.103		25.766.319,50
Movimentação o Externa	Concedidos	443032				483.000
	Recebidos	443032				483.000
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimento s	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização o da Dívida
Movimentação o Interna	Concedidos					
	Recebidos	440088		1.652.531,50		
Movimentação o Externa	Concedidos	443019		700.000		
	Recebidos					

Fonte: Siafi conta: 29.311.06.99.

Em relação à programação orçamentária das despesas, cabe ressaltar as dificuldades enfrentadas pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) na compatibilização do limite orçamentário estabelecido pelo Órgão Central (Ministério do Meio Ambiente) e com as reais necessidades de crédito do SFB em sua programação de trabalho. Em 2010, o contingenciamento alcançou o montante aproximado de 30% no que se refere ao grupo de despesa 3 (outras despesas correntes). Como consequência dessa limitação, diversos fatores impeditivos foram gerados para o cumprimento de uma programação plena, afetando significativamente os resultados e o desempenho do SFB em sua missão na gestão de florestas públicas.

Quando analisamos as dotações do presente exercício em relação às dotações do exercício anterior, observamos a redução de aproximadamente 22% no grupo de despesas correntes (outras despesas correntes) e 20% no grupo de despesas de capital (investimento). O Serviço Florestal Brasileiro é um órgão novo, em fase de expansão e estruturação, que, em função disso, carece de recursos humanos e orçamentários para o desempenho de sua missão institucional, razão pela qual fica prejudicado com a redução em sua programação orçamentária na implementação das suas ações.

Em relação à movimentação orçamentária, é pertinente frisar o grave contingenciamento imposto à execução orçamentária do Serviço Florestal Brasileiro. O Setorial Orçamentário do Ministério do Meio Ambiente estabeleceu e descentralizou, no ano de 2010, a dotação para movimentação e empenho em custeio e capital, retiradas as despesas de pessoal obrigatórias, de R\$ 22.800.000 (vinte e dois milhões e oitocentos mil reais), valor correspondente a 71,34% da dotação inicial solicitada pelo SFB. Essa prática, além de frustrar as expectativas do órgão, vem gerando problemas no planejamento dos exíguos recursos resultantes.

Por sua vez, em relação à movimentação externa, foi descentralizado ao ICMBio o montante de R\$ 483.000,00 por meio de Termo de Cooperação. Contudo, no último dia do exercício de 2010, o Instituto devolveu o recurso em razão da não execução, impactando de maneira negativa no resultado final da execução do SFB.

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos Originários da UJ

2.4.2.1.1 Despesas por modalidade de contratação

Quadro 34- Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$
1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite				
Tomada de Preços		782.896		
Concorrência	79.354	46.559	79.354	37.533
Pregão	6.282.916	4.557.502	1.814.946	2.819.733
Concurso				
Consulta				
Registro de Preços				
Contratações Diretas				
Dispensa	1.583.779	1.633.127	1.263.357	1.582.607
Inexigibilidade	32.119	89.083	23.690	41.220
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	44.439	29.179	43.598	29.179
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha	8.773.606	11.652.530	8.714.839	11.652.530
Diárias	567.258	572.145	567.258	572.145
Outros	7.787.990	53.105	7.705.182	12.237.357

Fonte: Siafi.

2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 35- Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas de Pessoal	8.773.606	11.652.530	8.773.606	11.652.530			8.773.606	11.652.530
1º elemento de despesa	7.342.949	9.543.005	7.342.949	9.543.005			7.342.949	9.543.005
2º elemento de despesa	1.350.320	1.628.003	1.350.320	1.628.003			1.350.320	1.628.003
3º elemento de despesa	53.553	67.134	53.553	67.134			53.553	67.134
Demais elementos do grupo	26.784	414.389	26.784	414.389			26.784	414.389
2 – Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								

despesa								
Demais elementos do grupo								
3 – Outras Despesas Correntes	15.847.832	17.601.899	15.847.832	17.601.899	4.744.726	2.119.770	11.100.420	15.379.909
1º elemento de despesa	6.021.491	9.427.037	6.021.491	9.427.037			6.021.491	9.427.037
2º elemento de despesa	3.153.313	1.918.067	3.153.313	1.918.067	1.306.751	9.790	1.846.562	1.878.194
3º elemento de despesa	2.850.332	2.563.470	2.850.332	2.563.470	1.879.887	901.527	970.235	1.385.517
Demais elementos do grupo	3.822.696	3.693.325	3.822.696	3.693.325	1.558.088	976.085	8.283.623	2.688.348

Fonte: Siafi.

2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro 36- Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	530.023	1.597.450	530.023	1.597.450	197.751	1.384.936	329.677	210.531
1º elemento de despesa	139.117	805.576	139.117	805.576	139.117	782.896	-	22.680
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa	390.906	791.873	390.906	791.873	58.635	602.039	329.677	187.851
Demais elementos do grupo								
5 – Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6 – Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

Fonte: Siafi.

Conforme demonstrado nos quadros anteriores, verifica-se que foram adotados todos os procedimentos, durante o exercício de 2010, no que se refere à eficiência na execução orçamentária do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), com estrita conformidade procedimental com o que foi estabelecido nas leis do Plano Plurianual (PPA), Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e demais decretos.

Vale ressaltar as dificuldades enfrentadas pelo SFB com a diminuição não somente do valor orçamentário aprovado mas dos limites definidos à gestão orçamentária do órgão. Tal prática, além de frustrar as expectativas do órgão, vem gerando problemas no planejamento dos exíguos recursos remanescentes.

Históricos de desembolso de limites, como o apresentado, que se repetem a cada ano, bem como a dificuldade de se obter referenciais monetários maiores na elaboração da Proposta Orçamentária, têm sido fatores impeditivos para o cumprimento de uma programação plena e que afetam significativamente os resultados e desempenhos da nossa execução orçamentária e financeira. Soma-se, ainda, a dificuldade de conciliar a natureza plurianual do planejamento e da gestão das concessões florestais com o exercício orçamentário, que tem base anual, e também as restrições de processos jurídicos.

Por todo o exposto, conclui-se que os procedimentos orçamentários/financeiros confirmaram-se com os de boa gestão, permitindo o Serviço Florestal Brasileiro alcançar, no limite orçamentário imposto, o seu objetivo de gerir as florestas públicas brasileiras.

2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

Não se aplica.

3 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não se aplica.

4 Movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

4.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro 37 - Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	43.524			43.524
2009	23.113		1.438	21.675
2008	9.173			9.173
...				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	2.821.207	-1.747.473		1.073.734
2009	4.942.477	-1.908.231	1.750.512	1.283.734
2008	4.509.248	-249.968	3.623.762	635.518
...				
Observações:				

Os empenhos passíveis de inscrição em Restos a Pagar foram analisados de acordo com os dispositivos legais e regulamentares pertinentes, em especial com a Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal); o art. 36 da Lei nº 4.320/1964; o Decreto-Lei nº 200/1967; os artigos 35, 67 e 68 do Decreto nº 93.872/86; e os códigos 02.03.07 e 02.03.18 do manual Siafi.

Em 2010, a inscrição de despesas em restos a pagar foi disciplinada ainda pela regra contida no art. 42 da Lei de Responsabilidade Fiscal, que veda ao titular de Poder ou Órgão contrair obrigações a serem pagas no exercício seguinte sem que haja disponibilidade de caixa.

5 Informações sobre Recursos Humanos da Unidade

5.1 Composição do Quadro de Servidores Ativos

Quadro 38- Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo				
1.1 Membros de poder e agentes políticos				
1.2 Servidores de Carreira				
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	48	53		13
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório		48	10	
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas			3	28
1.3 Servidores com Contratos Temporários		89	19	26
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença				
1.4.1 Cedidos				
1.4.2 Removidos				
1.4.3 Licença remunerada				
1.4.4 Licença não remunerada				
2 Provimento de cargo em comissão				
2.1 Cargos Natureza Especial				
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior				
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão		19	1	
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas		14	3	1
2.2.4 Sem vínculo		16	3	1
2.2.5 Aposentado				
2.3 Funções gratificadas				
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão				
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado				
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas				
3 Total	48	191	39	69

Fonte: Siape.

Quadro 39- Composição do Quadro de Recursos Humanos por faixa etária - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)				
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60
1.Provimento de cargo efetivo					
1.1. Membros de poder e agentes políticos					
1.2. Servidores de Carreira	34	20	18	26	4
1.3. Servidores com Contratos Temporários	20	41	13	7	2
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença					
2.Provimento de cargo em comissão					
2.1. Cargos de Natureza Especial					
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	8	4	3	1	2

Quadro 40 - Composição do Quadro de Recursos Humanos por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo									
1.1. Membros de poder e agentes políticos									
1.2. Servidores de Carreira			2	2	32	57			
1.3. Servidores com Contratos Temporários						89			
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença									
2. Provimento de cargo em comissão									
2.1. Cargos de Natureza Especial									
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				1	8	2	3		
2.3. Funções gratificadas									

LEGENDA
Nível de Escolaridade
 1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Siape.

5.2 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

Quadro 41- Composição do Quadro de Servidores Inativos – Situação apurada em 31/12/2010

O Serviço Florestal Brasileiro não possui quadro de inativos.

Quadro 42- Composição do Quadro de Instituidores de Pensão – Situação apurada em 31/12/2010

O Serviço Florestal Brasileiro não possui pensionistas.

5.3 Composição do Quadro de Estagiários

Quadro 43- Composição do Quadro de Estagiários

Os estagiários do Serviço Florestal Brasileiro estão inclusos na composição do Ministério do Meio Ambiente. Portanto, não é necessário informar o quadro de estagiários, pois o MMA já o fez.

5.4 Quadro de custos de recursos humanos

Quadro 44- Quadro de custos de recursos humanos nos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Valores em R\$
1,00

Tipologia s/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis	
Membros de poder e agentes políticos								
2008								
2009								
2010								
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão								
2008	245.879	74.265	35.586	12.973	13.711		115.768	498.182
2009	3.126.479	200.775	454.850	223.231	129.039	63.475	1.330.160	5.528.010
2010	4.126.971	369.606	613.051	251.718	390.854	214.170	2.208.451	8.174.821
Servidores com Contratos Temporários								
2008	218.760				6.641			225.402
2009	4.710.519				115.704			4.826.223
2010	9.501.716				309.065			9.810.781
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial								
2008								
2009								
2010								
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior								
2008		940.543	63.181	15.119	63.312			1.082.156
2009		877.251	64.628	30.466	61.396			1.033.741
2010		794.824	80.862	17.089	44.285	962		938.022
Servidores ocupantes de Funções gratificadas								
2008								
2009								
2010								

Fonte: Siape.

5.5 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Quadro 45- Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante														
Nome: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO														
UG/Gestão: 440075/00001							CNPJ: 37.115.375/0008-83							
Informações sobre os contratos														
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2009	L	O	25/2009	02.843.359/00-01-56	21.09.09	20.09.10								E
2010	V	O	09/2010	07.069.574/00-01-65	26.04.10	15.04.10								A
2010	L	O	13/2010	04.558.234/00-01-00	01.07.10	30.06.11	1	1						A
2010	L	O	23/2010	04.774.128/00-01-63	02.08.10	01.08.11								A
2010	L	O	33/2010	09.540.692/00-01-35	22.09.10	21.09.11								A
2010	V	O	35/2010	10.570.899/00-01-31	23.11.10	22.11.11								A
Observação:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Fonte: Geal, SFB.

Quadro 46- Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante													
Nome: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO													
UG/Gestão: 440075/00001							CNPJ: 37.115.375/0008-83						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	17/2009	06.090.065/00-01-51	24.06.09	29.07.10			24	24	56	56	E
2009	1	O	28/2009	04.271.959/00-01-12	30.09.09	31.12.11							P
2009	2	O	34/2009	02.895.841/00-01-30	24.12.09	23.12.10							E
2010	2	O	10/2010	02.895.841/00-01-30	22.04.10	21.04.11							E

2010	2,3	O	13/2010	04.558.234/00 01-00	01.07.10	30.06.11	3	3	2	2			A
2010	7	O	21/2010	04.774.128/00 01-63	02.08.10	01.08.11	4	4					A
2010	3	O	22/2010	04.774.128/00 01-63	02.08.10	01.08.11							A
2010	1	O	24/2010	04.774.128/00 01-63	02.08.10	01.08.11	1	1					A
2010	1	O	27/2010	07.564.344/00 01-72	02.08.11	01.08.11			12	12			A
2010	4	O	31/2010	10.145.610/00 01-37	16.09.10	15.09.11							A
2010	1	O	38/2010	06.865.312/00 01-44	01.12.10	30.11.11			1	1			A
2010	1	O	42/2010	07.981.691/00 01-09	31.12.10	09.02.11							E
2010	2	O	49/2010	00.658.293/00 01-07	31.12.10	30.12.11	1	1	7	7			A

Observação:

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Geal, SFB.

Quadro 47- Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
28/2009	1	11	Serviço Florestal - Sede
13/2010	1,2,3	7	Unidade Regional Purus Madeira (Porto Velho-RO)
21/2010	9	4	Unidade Regional BR 163 (Santarém-PA)
22/2010	3	1	Unidade Regional BR 163 (Santarém-PA)
24/2010	1	1	Unidade Regional BR 163 (Santarém-PA)
27/2010	1	12	Serviço Florestal - Sede
38/2010	1	1	Unidade Regional Nordeste (Natal-RN)
49/2010	2	8	Serviço Florestal - Sede
09/2010	8	4	Unidade Regional BR 163 (Santarém-PA)
23/2010	7	2	Unidade Regional BR 163 (Santarém-PA)
33/2010	7	11	Serviço Florestal - Sede
35/2010	8	6	Unidade Regional Purus Madeira (Porto Velho - RO)

LEGENDA

Área:

1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis;
3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
5. Serviços de Brigada de Incêndio;
6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes;
7. Higiene e Limpeza;
8. Vigilância Ostensiva;
9. Outras.

3. Serviços de Copa e Cozinha;
4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;

Fonte: Geal, SFB.

5.6 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

Apesar da relativa autonomia do Serviço Florestal adquirida em função do Contrato de Gestão assinado com o MMA, os Recursos Humanos são totalmente geridos pela Spoa/MMA. O Serviço Florestal possui duas servidoras temporárias para atuarem como “ponto focais” na área de capacitação e nos demais assuntos relacionados a RH (folha de ponto, rescisão contratual, exoneração, etc.), com o objetivo de centralizar as informações e facilitar o trâmite processuais com o Ministério.

6 Transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação ou termo de compromisso

6.1 Transferências efetuadas no exercício

6.1.1 Relação dos instrumentos de transferência vigentes no exercício de 2010

Quadro 48- Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO									
CNPJ: 37.115.375/0008-83					UG/GESTÃO: 440075/00001				
Informações sobre as transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No exercício	Acumulado até exercício	Início	Fim	
1	715388/2009	Jardim Botânico de Brasília	112.000	12.000	2010	2011	31/12/2009	30/04/2011	1
1	715531/2010	Fundação Universidade Regional de Blumenau/FURB	674.400	112.400	2010	2012	01/7/2010	30/6/2012	1
4	02080.000231/2010-86	Jardim Botânico do Rio de Janeiro/JB RJ	700.000	-	2010	2011	DEZ/2010	DEZ/2011	1

LEGENDA	
Modalidade:	Situação da Transferência:
1 - Convênio	1 - Adimplente
2 - Contrato de Repasse	2 - Inadimplente
3 - Termo de Parceria	3 - Inadimplência Suspensa
4 - Termo de Cooperação	4 - Concluído
5 - Termo de Compromisso	5 - Excluído
	6 - Rescindido
	7 - Arquivado

Fonte: Siafi.

6.1.2 Quantidade de instrumentos de transferências celebrados e valores repassados nos três últimos exercícios

Quadro 49- Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO						
CNPJ: 37.115.375/0008-83				UG/GESTÃO: 440075/00001		
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio		1	1			576.741
Contrato de Repasse						
Termo de Parceria						
Termo de Cooperação	1		1	650.000		700.000
Termo de Compromisso						
Totais	1	1	2	650.000		1.276.741

Fonte: Siafi.

6.1.3 Conjunto de instrumentos de transferências que vigorão no exercício de 2011 e seguintes

Quadro 50- Resumo dos instrumentos de transferência que vigorão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO					
CNPJ: 37.115.375/0008-83			UG/GESTÃO: 440075/00001		
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Valores (R\$ 1,00)			% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
		Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	
Convênio	2	662.000	576.741	85.258	87,00
Contrato de Repasse					
Termo de Parceria					
Termo de Cooperação	1	700.000	700.000	-	100
Termo de Compromisso					
Totais	2	1.362.000	1.276.741	85.258	93,74

Fonte: Siafi.

6.1.4 Prestação de contas relativas aos convênios e contratos de repasse

Quadro 51- Resumo da prestação de contas sobre transferências Valores em
concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse. R\$ 1,00

Unidade Concedente						
Nome: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO						
CNPJ: 37.115.375/0008-83			UG/GESTÃO: 440075/00001			
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade		2		
		Montante Repassado		576.741		
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade			
			Montante Repassado (R\$)			
		Contas NÃO prestadas	Quantidade			
			Montante Repassado (R\$)			
2009	Contas prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
	Contas NÃO prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
2008	Contas prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
	Contas NÃO prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade				
		Montante Repassado (R\$)				

Fonte: Siafi.

6.1.5 Informações sobre a análise das prestações de contas de convênios e de contratos de repasse

Quadro 52- Visão Geral da análise das prestações de contas de Valores em
Convênios e Contratos de Repasse R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante					
Nome: SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO					
CNPJ: 37.115.375/0008-83			UG/GESTÃO: 440075		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montantes repassados			Instrumentos	
				Convênios	Contratos de Repasse
2010	Quantidade de contas prestadas				
	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade		2	
		Montante repassado (R\$)		576.741	
	Com prazo de	Contas	Quantidade Aprovada		

	análise vencido	analisadas	Quantidade Reprovada		
			Quantidade de TCE		
		Contas NÃO analisadas	Quantidade		
			Montante repassado (R\$)		
2009	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado (R\$)					
2008	Quantidade de contas prestadas				
	Contas analisadas	Quantidade Aprovada			
		Quantidade Reprovada			
		Quantidade de TCE			
	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
Montante repassado					
Exercícios anteriores a 2008	Contas NÃO analisadas	Quantidade			
		Montante repassado			

Fonte: Geal, SFB.

Em 2009, foi firmado um convênio com o governo do Distrito Federal, Jardim Botânico de Brasília, para promoção da propagação de espécies de orquídea do cerrado, no valor de R\$ 100.000,00, cujo montante foi transferido em 2010. O projeto foi oriundo de emenda parlamentar que determinou a instituição beneficiada. O convênio tem vigência até 30/4/2011 e sua prestação de contas deverá ser efetuada até 30 dias após o término da vigência.

Em 2010, foi celebrado o Convênio 736531 com a Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), que teve a emissão de ordem bancária em 2/7/2010 para pagamento da primeira parcela, no valor de R\$ 476.741,42. Considerando que haverá mais parcelas a serem pagas no exercício de 2011, a prestação de contas parcial ainda não foi realizada.

No final de 2010, foi repassado o valor de R\$ 700.000,00, oriundo da Emenda Parlamentar 35490011, por meio de Termo de Cooperação firmado com o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro (IBRJ). O objetivo desse repasse é revitalizar a infraestrutura de atendimento aos visitantes do Instituto.

Em relação à estrutura de gerenciamento das transferências, em 2/3/2010 foi publicada portaria que criou um Grupo de Trabalho presidido pela servidora Fernanda Campos, com o objetivo de propor minuta de norma interna para descentralização de recursos pelo órgão, incluindo formalização de convênios, contratos de repasse ou termos de cooperação.

O resultado desse trabalho foi encaminhado ao Conselho Diretor do Serviço Florestal em 28/4/2010. Trata-se de minuta de portaria que estabelece normas procedimentais relativas às transferências de recursos financeiros do Serviço Florestal mediante convênios e contratos de repasse.

Após a avaliação e aprovação dessa minuta de portaria, o Serviço Florestal terá definição dos procedimentos a serem adotados quando da realização de transferência voluntária, inclusive quanto às prestações de contas parcial e final.

7 Declaração da área responsável atestando as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres

Esta declaração encontra-se em anexo.

8 Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionados à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

Esta informação é fornecida pela Coordenação Geral de Gestão de Pessoas do Ministério do Meio Ambiente e, portanto, encontra-se disponível no relatório de gestão do MMA.

9 Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ, contemplando os seguintes aspectos.

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Quadro 53- Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					x
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				x	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.			x		
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				x	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.				x	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				x	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.					x
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a conseqüente adoção de medidas para mitigá-los.					x
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				x	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				x	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				x	
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	x				
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			x		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				x	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.					x
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão					x

diretamente relacionados com os objetivos de controle.					
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				x	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				x	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Considerações gerais:					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

10 Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental

Quadro 54- Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?		x			
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.					x
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).					x
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	x				
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			x		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			x		
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	x				
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			x		
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.					x
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.		x			
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	x				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	x				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	x				

<i>Considerações Gerais:</i>					
<p><u>LEGENDA</u> <i>Níveis de Avaliação:</i> (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

11 Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ

É importante destacar que o Serviço Florestal Brasileiro não possui bens imóveis de propriedade da União sob sua responsabilidade.

Quadro 55- Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	UF 1		1
	Santarém (PA)		1
	município 2		
	município "n"		
	UF "n"		
	município 1		
	município 2		
	município "n"		
Subtotal Brasil			1
EXTERIOR	PAÍS 1		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
	PAÍS "n"		
	cidade 1		
	cidade 2		
	cidade "n"		
Subtotal Exterior			
Total (Brasil + Exterior)			1

O Serviço Florestal possui quatro Unidades Regionais (URs) localizadas nos seguintes municípios: Porto Velho (RO), Curitiba (PR), Natal (RN) e Santarém (PA).

No ano de 2010, foi alugado um imóvel para abrigar a sede da Unidade Regional BR 163, localizada em Santarém. As demais unidades utilizaram espaço físico, mobiliário e máquinas pertencentes a entidades do governo federal para realizarem suas atividades, quais sejam: Ibama (RN), Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam- RO) e Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa- PR).

12 Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

Quadro 56- Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					x
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					x
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.				x	
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	5 cinco				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	x				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	x				
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	x				
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.					x
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	x				
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	x				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	x				
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	80%				
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.					X
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?					X
Considerações Gerais:					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.					

13 Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal

O gasto total com a utilização do Cartão de Pagamento do Governo Federal no Serviço Florestal Brasileiro foi de R\$ 27.269,12. A maior parte das despesas foi realizada durante viagens a serviço visando à aquisição de ferramentas e material de consumo para viabilizar o trabalho dos técnicos na região amazônica.

Quadro 57- Discriminação dos cartões de pagamento do SFB

Código da UG: 440088		Limite de Utilização da UG: 100.000			
Portador	CPF	Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Anna Fanzeres	836.493.877-00	8.000,00	220,00	350,61	570,61
Carlos Alberto Ferreira	096.936.106-87	8.000,00		959,42	959,42
Cristina Galvão Alves	251.102.018-11	8.000,00		26,30	26,30
Elizangela Gemaque de Almeida	612.222.242-91	8.000,00	1.660,00	4.340,93	6.000,93
Hélio Silva Pontes	051.624.126-51	8.000,00	760,00	893,28	1.653,28
Hugulino de Almeida Dias	330.204.856-49	8.000,00		1.031,56	1.031,56
Joberto Veloso de Freitas	150.262.992-53	8.000,00	1.000,00		1.000,00
Luiz César Cunha Lima	851.766.301-25	8.000,00	1.670,00		1.670,00
Marcelo Arguelles de Souza	004.678.007-66	8.000,00	250,00	783,00	1.033,00
Maurício Ferreira do Sacramento	585.310.921-91	8.000,00		999,50	999,50
Newton Duque Estrada Barcellos	425.519.357-68	8.000,00	770,00	2.693,87	3.463,87
Rosalina dos Santos Dias	312.651.972-53	8.000,00		3.046,48	3.046,48
Tatiane Ioly Canton Souza	012.513.735-42	8.000,00	1.580,00	4.234,17	5.814,17
Total Utilizado pela UG			7.910,00	19.359,12	27.269,12
Código da UG 2:		Limite de Utilização da UG:			
Total utilizado pela UG					
Total utilizado pela UJ			7.910,00	19.359,12	27.269,12

Quadro 58- Evolução dos gastos com cartão de crédito do SFB

Exercício	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	Valor (a)	Quantidade	Valor (b)	(a+b)
2009	36	14.327,00	59	36.319,78	40.646,78
2010	26	7.910,00	51	19.359,12	27.269,12
2011	1	200,00	3	862,00	1.062,00

14 Renúncias Tributárias

Não se aplica.

15 Providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU

Não houve.

16 Tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno

Não se aplica.

17 Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão

Não há.

Parte B

1 Declaração do contador responsável

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ):		Código da UG	
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - SFB			
ITTO – OIMT - Organizacao Internacional de Mad. Tropical		440056/00001	
Serviço Florestal Brasileiro - SFB		440075/00001	
Setorial Programação Orçamentária e Financeira - SFB		440088/00001	
Fundo Nacional De Desenvolvimento Florestal - FNDF		440094/00001	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	BRASÍLIA/DF	Data	16/02/2011
Contador Responsável	JANE MÁRCIA ASSUNÇÃO	CRC nº	5477/O-0-DF

Parte C

1 Projetos e Programas financiados com recursos externos

Em 2010, o Serviço Florestal Brasileiro descentralizou o valor de R\$ 480.000,00 à Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), para execução de atividades relacionadas ao Projeto UTF/BRA/062 – Consolidação dos instrumentos políticos e institucionais para a implementação do Programa Nacional de Florestas. Esse projeto foi conduzido pelo Departamento de Florestas da Secretaria de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente e teve vigência expirada em 31 de dezembro de 2010.

Além disso, foi executado o valor de R\$ 103.580,00, por meio da UG 440056, fonte 95 (Doações de Entidades Internacionais), para a realização do Projeto PD 142/02 Rev.2 (F), da Organização Internacional de Madeiras Tropicais para Produção Sustentável de Florestas Nacionais sob o Regime de Concessões Florestais. Por meio desse projeto, foram realizados o levantamento socioeconômico das Flonas de Itaituba I e II e os estudos da Flona de Altamira foram concluídos. Foi ainda contratado um consultor a fim de elaborar o plano de manejo dessa Flona. A vigência do Projeto termina em julho de 2011 e não haverá mais descentralização de recursos financeiros.

Por fim, por meio da doação de US\$ 440,000.00 da FAO, foi executado o projeto TCP/BRA/3103, que tratou do estabelecimento de bases metodológicas e parcerias para o Inventário Florestal Nacional (IFN) do Brasil. O projeto tinha como objetivo testar a metodologia proposta para o IFN. A execução física e financeira do projeto foi bastante satisfatória e as metas foram atingidas.

Considerações Finais

Após a apresentação dos resultados alcançados pelo Serviço Florestal Brasileiro no exercício de 2010, podemos considerar que os objetivos e as metas físicas e financeiras do órgão atingiram resultados satisfatórios.

No entanto, a fim de realizar as ações sob sua responsabilidade de forma mais célere e eficiente, em 2011 o SFB irá trabalhar para a sua transformação em autarquia, o que tornará o órgão mais autônomo.

Anexos

Ministério do Meio Ambiente
Serviço Florestal Brasileiro

ROL DE RESPONSÁVEIS - EXERCÍCIO 2010

Unidade Gestora: 440075

Gestão: 44102

Natureza da Responsabilidade:		Membro de diretoria colegiada			
Agente:	Luiz Carlos de Miranda Joels	CPF:	316.169.257-87		
Endereço eletrônico:		luiz.joels@florestal.gov.br			
Endereço residencial:		SQS 114 Bloco F apart. 607 – Asa Sul			
Município:	Brasília	CEP:	70.377-060	UF:	DF
Telefone:	(61) 9671-6364	Fax:	(61) 3345-4806	Cargo:	Diretor
Designação:	Data - 11/8/2006	Portaria MMA 356/2006			
Exoneração:	04/11/2010	Portaria MMA 649/2010			
Período de Gestão:	Data início – 11/8/2006	Data fim – 03/11/2010			

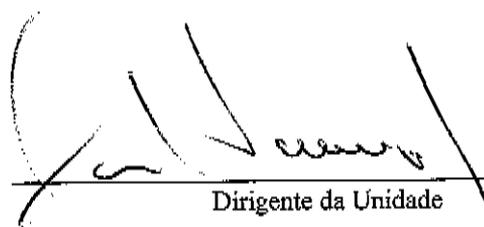
Natureza da Responsabilidade:		Membro de diretoria colegiada			
Agente:	José Natalino Macedo Silva	CPF:	142.060.489-91		
Endereço eletrônico:		natalino.silva@florestal.gov.br			
Endereço residencial:		SQN 402 Bloco T apart. 301- Asa Norte			
Município:	Brasília	CEP:	70834- 200	UF:	DF
Telefone:	(61) 9671-7411	Fax:	(61) 2028-7269	Cargo:	Diretor
Designação:	Data - 4/12/2006	Portaria MMA 773/2006			
Exoneração:					
Período de Gestão:	Data início – 4/12/2006	Data fim -			

Natureza da Responsabilidade:		Membro de diretoria colegiada			
Agente:	Claudia de Barros e Azevedo Ramos	CPF:	812.954.567-53		
Endereço eletrônico:		claudia.ramos@florestal.gov.br			
Endereço residencial:		SHIN QI 9 Conj. 7 casa 4 – Lago Norte			
Município:	Brasília	CEP:	71515-270	UF:	DF
Telefone:	(61) 9671-6862	Fax:	(61) 3368-2373	Cargo:	Diretor
Designação:	Data - 4/12/2006	Portaria MMA 774/2006			
Exoneração:					
Período de Gestão:	Data início – 4/12/2006	Data fim -			

Natureza da Responsabilidade:		Membro de diretoria colegiada			
Agente:	Thaís Linhares Juvenal	CPF:	014.574.057-92		
Endereço eletrônico:		thais.juvenal@florestal.gov.br			
Endereço residencial:		QI 9 conj. 6 casa 11 – Lago Sul			
Município:	Brasília	CEP:	70.818-900	UF:	DF
Telefone:	(61) 9671-6667	Fax:	(61) 2028-7269	Cargo:	Diretor
Designação:	Data – 22/10/2008	Portaria MMA 720/2008			
Exoneração:	08/04/2010	Portaria MMA 243/2010			
Período de Gestão:	Data início – 22/10/2008	Data fim – 08/04/2010			

Natureza da Responsabilidade:		Membro de diretoria colegiada			
Agente:	Antonio Carlos Hummel	CPF:	112.506.231-20		
Endereço eletrônico:	antonio.hummel@florestal.gov.br				
Endereço residencial:	SQN 210 Bloco A apart. 518 – Asa Norte				
Município:	Brasília	CEP:	70.862-000	UF:	DF
Telefone:	(61) 9673-9204	Fax:	(61) 3307-7269	Cargo:	Diretor-Geral
Designação:	Data – 7/4/2009	Portaria Casa Civil 149/2009			
Exoneração:					
Período de Gestão:	Data início – 8/4/2009	Data fim -			

Natureza da Responsabilidade:		Membro de diretoria colegiada			
Agente:	Marcus Vinicius da Silva Alves	CPF:	308.107.281-68		
Endereço eletrônico:	marcus.alves@florestal.gov.br				
Endereço residencial:	SHIN QI 1 Conj. 02 Casa 04- Lago Norte				
Município:	Brasília	CEP:	71.505-020	UF:	DF
Telefone:	96753472	Fax:	2028-7269	Cargo:	Diretor
Designação:	19/05/2010	Portaria Casa Civil 387/2010			
Exoneração:					
Período de Gestão:	Data início – 20/05/2010	Data fim -			



Dirigente da Unidade

Antonio Carlos Hummel
 Diretor Geral
 Serviço Florestal Brasileiro



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

As informações sobre o Convênio 736531, com a Fundação Universidade Regional de Blumenau (FURB), estão sendo atualizadas.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Joberto Veloso de Freitas', written in a cursive style.

JOBERTO VELOSO DE FREITAS

Gerente de Informações Florestais



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes ao convênio firmado com o Jardim Botânico de Brasília estão disponíveis e atualizadas no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

A handwritten signature in black ink, consisting of several large, stylized loops and a horizontal line at the end, positioned above the printed name.

MARCO CONDE

Gerente de Fomento Florestal



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO**

DECLARAÇÃO

Declaro que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais- SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Silane Rocha Martins', written over a circular stamp.

SILANE ROCHA MARTINS
Gerente de Administração e Logística

Serviço Florestal Brasileiro
www.florestal.gov.br
SCEN, Av. L4, Trecho 2, Bloco H
70.818-900 / Brasília - DF
Tel. +55 61 2028-7272 / +55 61 2028-7269 (Fax)